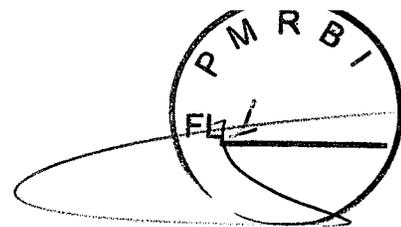




ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL



DECRETO Nº 020/2021
DATA: 28/01/2021

SÚMULA: Designa Pregoeiro e Equipe de Apoio, para aquisição de bens e serviços comuns e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ESPECIALMENTE AS QUE LHE CONFERE O INCISO IV DO ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL Nº 10.520 DE 17 DE JULHO DE 2002 E DECRETO FEDERAL Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, RESOLVE,

DECRETAR:

Art.1º Fica designado o Sr. **ROBERTO JOSÉ KWAPIS**, servidor público, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, como **PREGOEIRO** da Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu.

Art.2º Ficam designados os servidores públicos municipais, infra relacionados, para comporem a Equipe de Apoio:

I – **POLIANA FREITAS**, servidora pública ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo;

II – **ANGELA CONRADO MACHADO**, servidora pública ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo;

III – **RUDNEY BRECAILO DE FREITAS**, servidor público ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo;

IV – **MARCOS ANDRE SANTI**, servidor público ocupante do cargo em comissão de Assessor de Secretaria.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário especialmente o Decreto nº 057/2019 de 23/04/2019.

Art.4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Bonito do Iguaçu-PR., em 28 de janeiro de 2021.


SEZAR AUGUSTO BOVINO
Prefeito Municipal

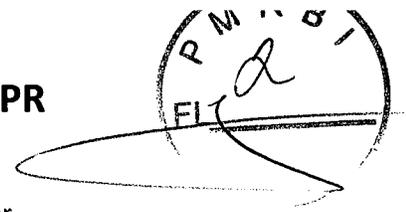


MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU – PR

CNPJ: 95.587.770/0001-99

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 720 – CENTRO

Fone: (42) 3653-1122 - e-mail: prefeitura@riobonito.pr.gov.br



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços visando futuras e eventuais aquisições equipamentos de coleta de ponto eletrônico que atenderão as necessidades dos órgãos vinculados a Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Quantidade	Descrição
1	17	RELÓGIO PONTO ELETRÔNICO ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Leitor de impressão digital óptico 500 DPI, compatível com cartões de proximidade e cartões de barras, identificação de usuários através de senha numérica, com compartimento para bobinas de até 400 metros, impressora com corte automático de ticket, tela LCD touchscreen.
2	17	NOBREAK INTERNO Características: Proporciona ao relógio uma autonomia de até 4 horas de funcionamento na falta de energia. fixação em parede. Permite acoplamento na parte inferior do equipamento. Possui conector tipo engate rápido para conexão ao relógio de ponto. Possui fusível de proteção contra descarga total da bateria. (Compatível com relógio ponto)
3	17	BOBINA PAPEL TÉRMICO C/ MÍNIMO 300 METROS X 57 MM. (Compatível com relógio ponto)
4	1	SISTEMA PARA TRATAMENTO DE PONTO (Compatível com o relógio ponto).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A aquisição dos objetos tem propósito de auxiliar o pleno funcionamento dos setores que compõem a estrutura organizacional dos órgãos vinculados a esta prefeitura.
- 2.2. A presente aquisição está relacionada em modernizar a forma de tratamento do ponto dos servidores com a implantação do registro eletrônico de ponto, a qual possibilitará: verificar o efetivo cumprimento de carga horária dos agentes públicos; ampliar os mecanismos de gestão, transparência, racionalização administrativa (menos papel, economicidade); fidedignidade dos registros.
- 2.3. O quantitativo fora definido com a participação do secretário de saúde e de educação com o objetivo de realizar um único procedimento licitatório que auxiliará na uniformidade da contratação, evitando a aquisição de produtos iguais, mas com preços distintos, além de auxiliar na economia de escala e, evitando,

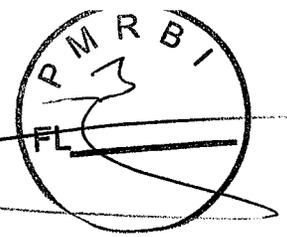


MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU – PR

CNPJ: 95.587.770/0001-99

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 720 – CENTRO

Fone: (42) 3653-1122 - e-mail: prefeitura@riobonito.pr.gov.br



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

também gastos com publicações, materiais e recursos humanos caso se realize várias licitações.

- 2.4. A secretaria de educação e de saúde, e demais órgãos participantes, não estarão obrigados a adquirir os quantitativos totais dispostos neste termo de referência, devendo realizar a aquisição de acordo com a necessidade.
- 2.5. A AQUISIÇÃO DOS ITENS DEVERÁ SER POR LOTE DEVIDO À NECESSIDADE DO RELÓGIO PONTO SER COMPATÍVEL COM O NOBREAK, BOBINA E SISTEMA DE TRATAMENTO DE PONTO.

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 3.1. O prazo de entrega dos produtos é de 15 (quinze) dias, contados do(a) recebimento da Requisição de Compra emitida pelo Departamento de compras, ou ainda outro documento equivalente, em remessa única, no endereço indicado na mesma.
- 3.2. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 3.3. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 3.4. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 3.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 3.6. Após o recebimento definitivo por parte do Órgão responsável pelo pedido, o mesmo convocará a fornecedora para realizar as instalações nas localidades indicadas pelo mesmo, acompanhada por um representante da Administração, devidamente nomeado e com conhecimentos técnicos suficientes para auxiliar a contratada.
- 3.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4. DO TREINAMENTO

- 4.1. A Contratada deverá prover treinamento aos servidores da Prefeitura Municipal, e dos demais Órgão Partícipes e do Gerenciador, indicados pela Administração, respeitando aspectos técnico-pedagógicos de acordo com o público-alvo, de forma que, ao final do curso, os treinandos estejam aptos a operacionalizar o equipamento bem como seu sistema de gerenciamento;

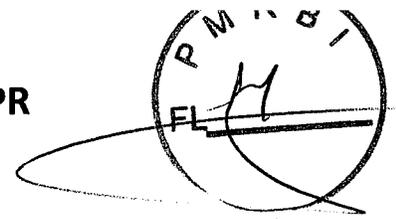


MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU – PR

CNPJ: 95.587.770/0001-99

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 720 – CENTRO

Fone: (42) 3653-1122 - e-mail: prefeitura@riobonito.pr.gov.br



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- 4.2. O treinamento deverá ser focado no funcionamento e operacionalização de software e na utilização de equipamentos de biometria, de forma a abranger todas as funcionalidades da solução;
- 4.3. A Contratada deverá fornecer as apostilas, manuais e demais materiais didático-pedagógicos necessários à realização do treinamento;
- 4.4. A contratada deverá disponibilizar instrutores em número, competência e experiência profissional adequada ao treinamento a ser realizado;
- 4.5. Os eventos de treinamento deverão ser realizados nas dependências do CONTRATANTE, imediatamente após a instalação e configuração dos equipamentos e testes.

5. DA MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES

- 5.1. Os serviços deverão cobrir defeitos de fabricação, abertura de chamados técnicos e atualização de versões de software/firmware pelo período mínimo de 12 (doze) meses, englobando peças e serviços;
- 5.2. Excluem-se da garantia os danos decorrentes do mau uso por parte do CONTRATANTE.
- 5.3. Durante a vigência dos serviços, chamados técnicos, sem limite de quantidade, poderão ser abertos em dias úteis, das 8h00 às 17h00 horas, mediante e-mail.
- 5.4. Os chamados técnicos deverão ser atendidos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;
- 5.5. O problema, caso comprovado, deverá ser sanado no prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis após a abertura do chamado técnico, sendo que, quando não for possível solucionar o problema no prazo estipulado, caso autorizado pelo Contratante, deverá ser fornecido outro equipamento / software / solução de igual configuração ou superior, até resolução do problema;
- 5.6. Durante a execução dos serviços de suporte técnico, somente poderão ser utilizadas peças e componentes novos e originais;
- 5.7. Eventuais atualizações de software/firmware lançadas durante a vigência dos serviços deverão ser instaladas nos equipamentos adquiridos sem ônus adicional.

6. DA GARANTIA

- 6.1. A Contratada obriga-se a fornecer o equipamento descrito no corpo deste instrumento em perfeitas condições.
- 6.2. A Contratada obriga-se a reparar ou substituir, sem qualquer custo adicional, o equipamento posto em suas oficinas ou de seus concessionários autorizados e que apresentar defeito de fabricação ou acabamento, dentro do prazo 90 (noventa) dias, período de garantia legal e em consonância ao disposto no art. 18, § 1º, do CDC – Código do Consumidor.
- 6.3. Findo o prazo de garantia legal, para produtos informatizados a Contratada estende a garantia por mais 90 dias e para produtos não informatizados a extensão será por mais 275 dias, após o que, quaisquer despesas com reparo e manutenção do equipamento serão de responsabilidade do Contratante.

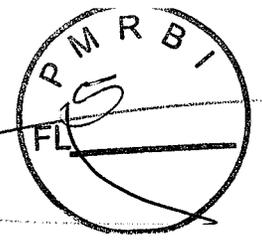


MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU – PR

CNPJ: 95.587.770/0001-99

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 720 – CENTRO

Fone: (42) 3653-1122 - e-mail: prefeitura@riobonito.pr.gov.br



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- 6.4. Perderá o direito à garantia supra se a CONTRATADA constatar que o equipamento apresenta sinais de violação de qualquer natureza, ou tenha sido ajustado, revisado ou consertado por terceiro não autorizado pela Contratada ou que apresente sinais de queima ou defeito de seus circuitos eletrônicos por uso em desacordo com o especificado no manual técnico, bem assim, por uso em rede elétrica imprópria.
- 6.5. A Contratada obriga-se a prestar os serviços retro citados, tanto gratuitos como remunerados, somente em suas oficinas, nas localidades onde mantiver assistência autorizada, sendo que os módulos eletrônicos se houver serão enviados à Matriz para conserto, quando necessário ou até e se possível ao centro de atendimento técnico mais próximo. A locomoção para reparos não está incluída nesta garantia, portanto, correrá por conta do Contratante o frete do equipamento ou a locomoção do técnico quando exigida sua presença no local do produto instalado.
- 6.6. No caso de qualquer reclamação é necessário que o termo de garantia esteja acompanhado da Nota Fiscal de Venda.
- 6.7. CONTRATANTE concorda e aceita que a renovação da contratação dos aludidos serviços seja efetuada automaticamente, por igual período, e assim sucessivamente.
- 6.8. A renovação acima poderá ser interrompida pela Contratante, bastando que para isso a mesma comunique à CONTRATADA sua intenção, por escrito através de carta, no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores à data da renovação automática.
- 6.9. O prazo de validade contratual de prestação de serviços de suporte técnico de hardware e ou de software especificado, será no mínimo de 12 (doze) meses ou pelo prazo superior que for determinado no corpo do presente instrumento.

7. DO PAGAMENTO

- 7.1. Os pagamentos devidos serão conforme requisição e entrega dos produtos.
- 7.2. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura com descrição do objeto e quantidade discriminada e acompanhada da requisição dos mesmos.
- 7.3. O Pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a CONTRATADA ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos.
- 7.4. A CONTRATANTE se obriga a efetuar o pagamento nas condições estabelecidas.
- 7.5. O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal, em até 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação dos produtos;
- 7.6. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;
- 7.7. No caso de aplicação de alguma multa o pagamento ficará sobrestado até a integral quitação da mesma. A CONTRATANTE poderá se assim entender,

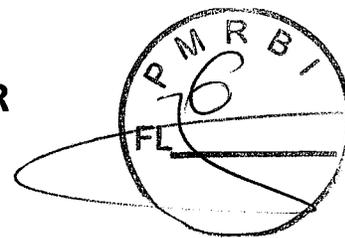


MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU – PR

CNPJ: 95.587.770/0001-99

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 720 – CENTRO

Fone: (42) 3653-1122 - e-mail: prefeitura@riobonito.pr.gov.br



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

descontar o valor de multas por ventura aplicadas, em quaisquer pagamentos que realizar à CONTRATADA.

8. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. O prazo de vigência é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes.

9. GESTOR E FISCAL

9.1. Fica designado pela Administração como fiscal da Ata de Registro de Preços os(as) servidores(as) Marcia Amaral Zavelinski lotada na Secretaria de Saúde, Maria Luci do Nascimento Burato lotada na Secretaria de Educação e Rudney Brecailo de Freitas lotado no departamento de Patrimônio.

9.2. Os gestores da Ata de Registro de Preços serão os Secretários de Saúde e Educação.

Rio Bonito do Iguaçu – PR, 23/06/2021.

IRINEU FERREIRA CAMILO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

ELIANE ANA DAL CASTEL
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

NORBERTO CARLOS ALGERI
SECRETÁRIO DE SAÚDE



PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE COLETA DE PONTO REP E SISTEMA DE TRATAMENTO DE PONTO

Válida até o dia 21 de Julho de 2.021

Foz do Iguaçu, 12 de Julho de 2.021

A/c: Sr. Éliton,

Conforme contato, segue orçamento e informativos do relógio ponto e do sistema de tratamento do ponto.

Fico no aguardo do contato para esclarecer qualquer dúvida.

Cordialmente,

Rogério Lins
Comercial

Produtos e Serviços da Cotação:

Relógio Ponto com Leitor Biométrico e Leitor de Cartão de Proximidade.

Produto	Qtde.	Valor Final
Control ID Bio Com 1 Bobina de 57mm X 300mm e Nobreak Interno (PGTO ÚNICO)	17	R\$ 28.849,00

***Frete não incluso.**

Produto	Qtde.	Valor Mensal
Sistema para Tratamento de Ponto RHId <i>Licença até 600 colaboradores (PGTO MENSAL)</i>	01	R\$ 499,90

Licença tem o pagamento mensal

Forma de pagamento:

PIX, DEPÓSITO BANCÁRIO OU BOLETO À VISTA

Pagamento da mensalidade do sistema é realizado mensalmente via boleto.

Pagamento da primeira mensalidade do sistema 30 dias após a instalação.

Insumos (Opcionais):

- 01 Unidade de cartão proximidade.....R\$ 15,00
- 15 Unidades de cartão proximidade.....R\$ 13,00 (À Un.)
- 01 Unidade de bobina.....R\$ 39,00 (À Un.)

Produtos e Serviços da Cotação:

Relógio Ponto com Leitor Biométrico e Leitor de Cartão de Proximidade.

Produto	Qtde.	Valor Final
Control ID Bio Com 1 Bobina de 57mm X 300mm (PGTO ÚNICO)	17	R\$ 25.449,00

***Frete não incluso.**

Produto	Qtde.	Valor Mensal
Sistema para Tratamento de Ponto RHid <i>Licença até 600 colaboradores (PGTO MENSAL)</i>	01	R\$ 499,90

Licença tem o pagamento mensal

6000
PRO

Forma de pagamento:

PIX, DEPÓSITO BANCÁRIO OU BOLETO À VISTA

Pagamento da mensalidade do sistema é realizado mensalmente via boleto.

Pagamento da primeira mensalidade do sistema 30 dias após a instalação.

Insumos (Opcionais):

- 01 Unidade de cartão proximidade.....R\$ 15,00
- 15 Unidades de cartão proximidade.....R\$ 13,00 (À Un.)
- 01 Unidade de bobina.....R\$ 39,00 (À Un.)

Prazo de entrega:

A unidade é enviada conforme disponibilidade de estoque, sendo entregue em até 15 dias úteis após o pagamento. A emissão da Nota Fiscal é realizada somente com a disponibilidade do equipamento, **pois exige o número de série do equipamento na nota fiscal** para que garanta a validade da Garantia.

Normalmente temos o produto a pronta entrega, mas deve ser confirmado caso possua necessidade de entrega IMEDIATA.

Treinamento do Relógio Ponto:

Será enviado um pdf por email informando o método para a configuração do REP em sua rede e de manuseio (cadastros de biometria, troca de bobina e fixação do aparelho).

Em breve disponibilizaremos vídeos com a mesma finalidade.

Sobre o Sistema de Tratamento de Ponto:

O Sistema de Registro Eletrônico de Ponto (SREP) da Control iD é baseado no moderno conceito SaaS (do inglês Software as a Service, Software como um Serviço), que dispensa a instalação e o armazenamento de informações nos computadores corporativos. O acesso ao RHiD é feito remotamente e todos os dados adicionados são guardados na nuvem, tornando mais eficiente e seguro o controle das jornadas de trabalho e das remunerações dos colaboradores.

Dessa forma, máquinas e rede local são menos exigidas, pois o tráfego de informações é reduzido. Além disso, as atualizações do software são automáticas e feitas pela equipe de especialistas da Control iD. O que alivia, também, o trabalho do setor de Tecnologia da Informação (TI) da organização, que pode voltar sua atenção para manutenções e inovações em outros itens.

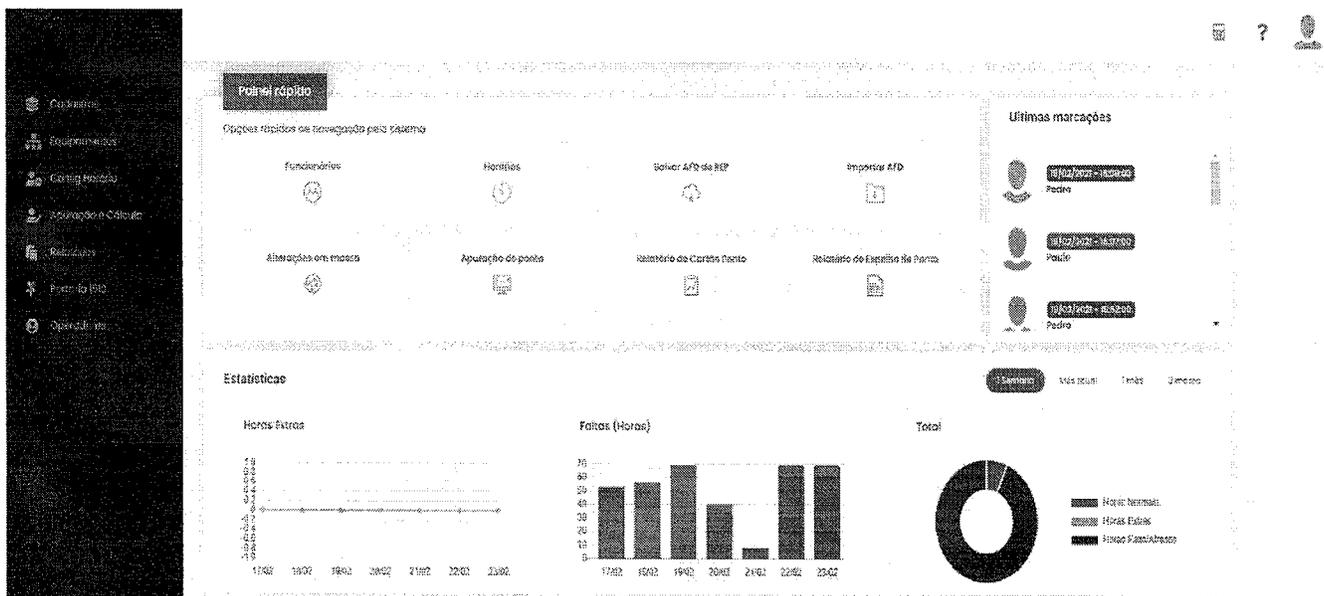
Outra vantagem oferecida pelo RHID é a possibilidade de acessá-lo de qualquer dispositivo (como computador, notebook, tablet ou smartphone) conectado à internet. Isso dá aos gestores maior comodidade e liberdade para monitorar a frequência de seus funcionários, bem como, para acessar os dados do setor de recursos humanos.

Está incluso na mensalidade: Suporte entre 08:00 às 12:00 ou das 14h00 às 18h de segunda a sexta, podendo ser por telefone, skype ou por e-mail durante a vigência de uso;

O treinamento é realizado em até 15 dias após a compensação do pagamento da 1ª mensalidade, após isso **novos treinamentos terão custo adicional e neste caso deverá ser solicitado um orçamento**.

Em breve também será disponibilizado treinamentos em vídeo aula de uso e manuseio do sistema que podem ser assistidos por indicação do cliente.

Abaixo imagens do sistema.



P
FL 13

Apuração de Ponto Mostrar filtros Empresa (Todas) Departamento (Todos) Centros de Custo (Todos) Região (Todos) Parâmetros (Todos) Funcionários (Todos)
De: 15/02/2021 a 20/02/2021 < >

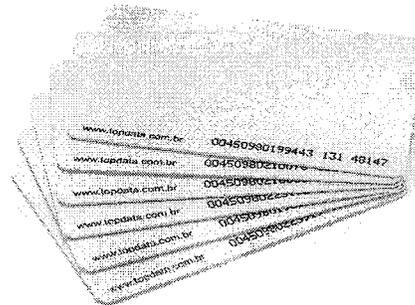
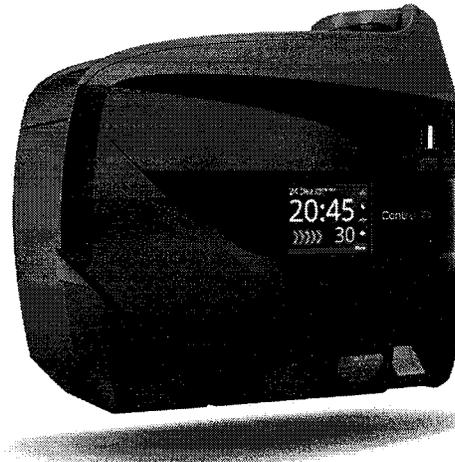
Chave	< 1 de 8 >		Colunas	Colunas opuração:	Colunas cálculo:	Colunas ajuste:										
Dia	Previsto	Ent 1	Sai 1	Ent 2	Sai 2	Total Normais	Total Noturno	Dia Falta	Falta e atraso	Abono	Extra 0,0% D	Extra Diurna	Extra Noturna	Banco Total	Banco Saldo	Exclusões
15/02 Seg	08:00-18:00	08:00	12:00	14:00	18:00	08:00			01:30		01:50	01:50				-07:40
16/02 Ter	08:00-18:00	Falta	14:00	18:00	Falta			1	07:40							-07:40
17/02 Qua	08:00-18:00	09:30	12:00	13:00	Falta	02:30			05:20		01:50	01:50				-07:40
18/02 Qui	08:00-18:00	14:00	18:00	Falta	Falta				07:40		04:00	04:00				-07:40
19/02 Sex	08:00-18:00	Falta	Falta	Falta	Falta			1	07:40							-07:40
20/02 Sáb	08:00-18:00	Falta	Falta					1	04:00							-07:40
Total						08:20		3	34:00		07:40	07:40				-07:40

Ponto Diário Mostrar filtros Empresa (Todas) Departamento (Todos) Centros de Custo (Todos) Região (Todos) Parâmetros (Todos) Funcionários (Todos)
Dia: 15/02/2021

Funcionário	PIS	Previsto	Ent 1	Sai 1	Ent 2	Sai 2	Total Normais	Total Noturno	Dia Falta	Falta e atraso	Abono	Extra 0,0% D	Extra Diurna	Extra Noturna	Banco Total	Banco Saldo	Exclusões
Claudia	35484285106	08:00-18:00	08:00	12:00	14:00	18:00	08:00			01:30		01:50	01:50				-07:40
Fernanda	30488050506	08:00-18:00	08:00	12:00	14:00	18:00	08:00			01:30		01:50	01:50				-08:00
Santos Bruno	32828285828	08:00-18:00	08:00	14:00	18:00	Falta	02:40			05:00		03:20	03:20				-08:00
RJClara	89228	08:00-18:00	Falta	Falta	Falta	Falta			1	07:40							
Juliana	8877847999	08:00-18:00	Falta	Falta	Falta	Falta			1	05:00							
Maria	52833458788	08:00-18:00	Falta	Falta	Falta	Falta			1	07:40							
Paulo	328188888	08:00-18:00	Falta	Falta	Falta	Falta			1	07:40							-07:40
Pedro	88787890000	08:00-18:00	Falta	Falta	Falta	Falta			1	07:40							
Total							15:00		5	46:40		07:00	07:00				-31:20

Instalações:

Não realizamos serviço de fixação do aparelho. O aparelho necessita de uma tomada exclusiva e um cabo de rede. Não é indicado a fixação do relógio ponto em paredes de metal, madeira ou em paredes que transfira vibrações ao aparelho (Pode danificar ou acionar sensores no aparelho), não é aconselhável a fixação em locais com humidade (cozinha) ou poeira (almoarifado). Será feito a configuração e depois está liberado para a retirada ou envio para o cliente diretamente do nosso escritório.



Suporte

Suporte Online pelo para tirar dúvidas ou mesmo o manuseio do aparelho por 3 meses, excedendo este prazo será cobrado atendimento. Para clientes que possuem o Sistema RHId o suporte se estende juntamente com o sistema.

Sobre o coletor:

Revolucionando o mercado de Registradores Eletrônicos de Ponto (REPs), a Control iD apresenta o Relógio de Ponto iDClass Mult. Em conformidade com as exigências da Portaria 1.510/2009, sendo certificado pelo Inmetro, o Relógio de Ponto da Control iD é equipado com os mais modernos recursos de identificação, incluindo a prática e segura tecnologia de leitura de impressão digital (biometria), além de leitor de cartão de proximidade e de código de barras.

Seu display touch screen possibilita uma interface amigável e intuitiva com o usuário. Além disso, seu design inovador, tamanho reduzido e robustez demonstram a dedicação e a excelência com que a Control iD projeta seus produtos, reafirmando sua liderança no segmento.

Especificações técnicas

Controle de Ponto

Certificado pelo Inmetro - Produto certificado pelo Inmetro - Certificado NCC 15.03813
Homologado Portaria 1.510/2009 - Produto homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego

Quantidade de Funcionários - Capacidade para 15.000 usuários cadastrados

Quantidade de Digitais - Capacidade para 15.000 digitais (1:1) e 5.000 (1:N)

Formas de Identificação

Leitor biométrico - Leitor de impressão digital óptico de 500 DPI

Cartões de Proximidade - Compatível com tecnologia Mifare ou 125kHz ASK

Cartões de Barra - Leitura de cartões de barras (Código 39, 2 de 5 e 2 de 5 entrelaçado)

Senha - Identificação de usuários através de senha numérica

Impressora e Bobina

Compartimento de Bobina - Capacidade para bobinas de até 400m (10.000+ tickets por bobina)

Mecanismo Impressor - Mecanismo impressor de alta qualidade Seiko (Japão)

Corte Automático do Ticket - Impressora com guilhotina de alta velocidade

Velocidade de Impressão - Velocidade de impressão de 100 mm/s

Deteção de Quantidade de Papel Restante - Permite o monitoramento do nível de papel remotamente

Comunicação

iDCloud - Sincronização automática com a nuvem (vendido separadamente)

USB

1 porta USB 2.0 Host (Porta Fiscal) para fiscalização de Arquivo Fonte de Dados (AFD)

1 porta USB 2.0 Host para importação e exportação de usuários e recebimentos de AFD

Ethernet - 1 porta Ethernet 10/100Mbps nativa

GPRS - Módulo de conexão via GPRS opcional

Wi-Fi - Módulo de conexão via Wi-Fi opcional

Interface de usuário

Tela LCD Touchscreen

Display LCD TFT colorido de 2.4" 320x240 com tela resistiva sensível ao toque

Características Gerais

Dimensões gerais (L x A x P)

246 mm x 246 mm x 104 mm (incluindo suporte inferior)

246 mm x 230 mm x 104 mm (sem suporte)

Peso líquido - 935 g / Peso embalado - 1,4 kg

Garantia - 1 ano

Cor do equipamento - Preto texturizado

Alimentação - 110-220V (Bi-Volt) / 60Hz

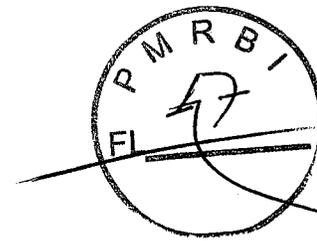
No-Break (opcional) - No-break interno de até 4h

Proposta de Aquisição 17 Equipamentos de Ponto com 1 Bobina, Nobreak Interno e mais Sistema

Rogério Lins <rogerio@prologic.com.br>

qui, 15/07/2021 16:20

Para: Éliton <orcamentoriobonito@hotmail.com>



1 anexos (2 MB)

Proposta 10459A - 2021 - REP IDClass Bio Prox - PREFEITURA RIO BONITO DO IGUAÇU - Documentos Google.pdf;

Olá Éliton,

Segue em anexo a proposta de aquisição de 17 Equipamentos de Ponto Control ID com uma bobina de 300mm, Nobreak Interno e sistema de tratamento de p
Fico no aguardo pra ajudar no que for necessário.

Grato.

Cordialmente,

Rogério Lins

Estrategista Digital

Prologic Automação

Rua Rui Barbosa, 1032, Sala 62

Shopping Mercosul - Centro

CEP: 85851-170 - Foz do Iguaçu - Paraná

Comercial: (45)3025-7565

Celular: (45)99954-9000

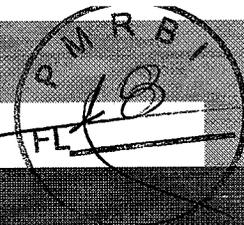
Skype: rogerio.lins

O conteúdo da presente mensagem eletrônica é confidencial e foi enviado para uso exclusivo do(s) destinatário(s). Caso a mensagem tenha sido recebida por
apagá-la.

The content of this e-mail is confidential and has been sent for the sole use of the intended recipient(s). If this message has been received in error, please noti

Reduza o consumo desnecessário de papel e coopere com a Preservação Ambiental.

"Feito é melhor que perfeito..."



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO
BONITO DO IGUACU**
16 de Julho de 2021
Secretaria da Administração

ORÇAMENTO N° 132

1. RELÓGIO PONTO ELETRÔNICO
2. NOBREAK INTERNO
3. BOBINA PAPEL TÉRMICO C/ MÍNIMO 300 METROS X 57 MM
4. SISTEMA PARA TRATAMENTO DE PONTO

DESCRIÇÃO

1. Leitor de impressão digital óptico 500 DPI, compatível com cartões de proximidade e cartões de barras, identificação de usuários através de senha numérica, com compartimento para bobinas de até 400 metros, impressora com corte automático de ticket, tela LCD touchscreen.
2. Características: Proporciona ao relógio uma autonomia de até 4 horas de funcionamento na falta de energia. fixação em parede. Permite acoplamento na parte inferior do equipamento. Possui conector tipo engate rápido para conexão ao relógio de ponto. Possui fusível de proteção contra descarga total da bateria.
3. Bobina de 300m X 57mm cada.
4. Sistema de ponto 100% web com acesso a qualquer sistema operacional através de login e senha disponibilizado no momento do contrato via e-mail cadastrado.

QUANTIDADE E VALORES TOTAIS

Quant.	Produto	Valor UND:	Valor Total:
17	Relógios Ponto Eletrônico	R\$ 1.349,45	R\$ 22.940,65
17	Nobreak Interno	R\$ 109,90	R\$ 1.868,30
17	Bobinas Térmica 300mX57mm	R\$ 22,90	R\$ 389,30
01	Anuidade do Sistema Ponto Web	R\$ 7.107,50	R\$ 7.107,50

32.522.929/0001-77

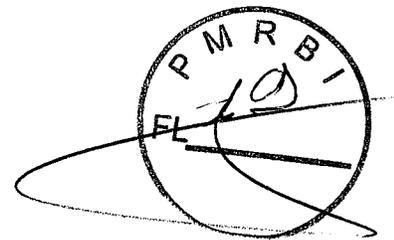
GOES AUTOMAÇÃO RELÓGIO PONTO LTDA
Rua Belém, 329, Cancelli
Cascavel - PR | CEP: 85811-020

vendas@goesautomacao.com.br

Anderson Goes

**Valor Total da
Proposta N° 132:
R\$ 32.305,75**



**RES: Orçamento**

Anderson Goes <anderson@goesautomacao.com.br>

Sex, 16/07/2021 11:20

Para: 'Rio Bonito do Iguaçu Depto de Compras' <compras.pmrbi@hotmail.com>

Cc: agendor-438505c3c209a0a@to.agendor.com.br <agendor-438505c3c209a0a@to.agendor.com.br>

📎 1 anexos (255 KB)

16 07 2021 Prefeitura de Rio Bonito do Iguaçu.pdf;

Prezados bom dia.

Que satisfação receber seu contato e maior ainda será atender vocês com nossas ferramentas de controle de frequência com a tecnologia mais conceituada no segmento de relógios ponto.

Anexo está nossa proposta e ficamos à disposição.

Atte.



De: Rio Bonito do Iguaçu Depto de Compras [mailto:compras.pmrbi@hotmail.com]

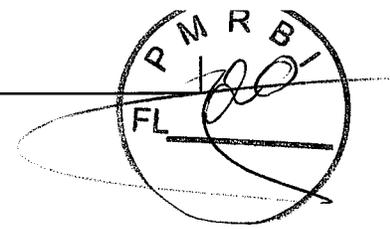
Enviada em: sexta-feira, 16 de julho de 2021 08:19

Para: anderson@goesautomacao.com.br

Assunto: Orçamento

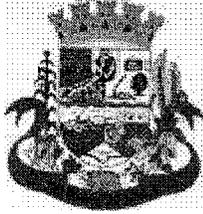
Bom dia, venho através deste solicitar orçamento para aquisição de relógios ponto conforme descrições abaixo:

Item	Quantidade	Descrição
1	17	RELÓGIO PONTO ELETRÔNICO ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Leitor de impressão digital óptico 500 DPI, compatível com cartões de proximidade e cartões de barras, identificação de usuários através de senha numérica, com compartimento para bobinas de até 400 metros, impressora com corte automático de ticket, tela LCD touchscreen.
2	17	NOBREAK INTERNO Características: Proporciona ao relógio uma autonomia de até 4 horas de funcionamento na falta de energia. fixação em parede. Permite acoplamento na parte inferior do equipamento. Possui conector tipo engate rápido para conexão ao relógio de ponto. Possui fusível de proteção



Por gentileza confirmar o recebimento deste e-mail.

Att Éliton



Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu.
Secretaria de Administração - Departamento de Compras.
Rua 7 de Setembro, 720 | Centro | 85340-000
CNPJ: 95.587.770/0001-99
Fone: (42) 3653 1122

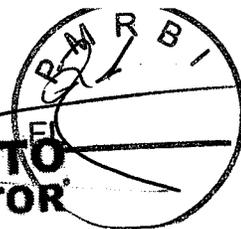


Este email foi escaneado pelo Avast antivírus.

www.avast.com



**PONTO
GESTOR**



Guarapuava, 16 de Julho de 2021.

A
Departamento de Compras
Prefeitura de Rio Bonito do Iguaçu
CNPJ: 95.587.770/0001-

PROPOSTA COMERCIAL

Item	Qtidade	Descrição	V. Unitário	V. Total
1	17	RELÓGIO PONTO ELETRÔNICO ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Leitor de impressão digital óptico 500 DPI, compatível com cartões de proximidade e cartões de barras, identificação de usuários através de senha numérica, com compartimento para bobinas de até 400 metros, Impressora com corte automático de ticket, tela LCD touchscreen.	R\$ 1.914,00	R\$ 32.538,00
2	17	NÓBREAK INTERNO Características: Proporciona ao relógio uma autonomia de até 4 horas de funcionamento na falta de energia, fixação em parede. Permite acoplamento na parte inferior do equipamento. Possui conector tipo engate rápido para conexão ao relógio de ponto. Possui fusível de proteção contra descarga total da bateria.	R\$ 500,00	R\$ 8.500,00
3	17	BOBINA PAPEL TÉRMICO C/ MÍNIMO 300 METROS X 57 MM	R\$ 50,00	R\$ 850,00
4	1	SISTEMA PARA TRATAMENTO DE PONTO	R\$ 380,00	R\$ 4.560,00

- ✓ Validade da Proposta: 30 dias
- ✓ Condições de pagamento: a vista
- ✓ Prazo de entrega – 10 dias após confirmação pedido

Atenciosamente,


Ponto Gestor Ltda.
CNPJ: 17.620.440/001-44

PONTO GESTOR LTDA
CNPJ: 17.620.440/001-44



**PONTO
GESTOR**

PONTO GESTOR LTDA.

Rua Professor Becker, 2369 - Sala 02 - Centro - 85010-170 - Guarapuava - PR
Fone 42 3622-6882

Re: Orçamento

Margarete <comercial@crachadigital.com.br>

sex, 16/07/2021 09:45

Para: Prefeitura de Rio Bonito do Iguaçu <orcamentoriobonito@hotmail.com>

📎 1 anexos (266 KB)

CamScanner 07-16-2021 09.42.pdf;

Bom dia.

Segue em anexo orçamento solicitado.

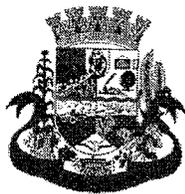
Att

Em 16/07/2021 08:14, Prefeitura de Rio Bonito do Iguaçu escreveu:

Bom dia, venho através deste solicitar orçamento de relógios ponto conforme descrições abaixo:

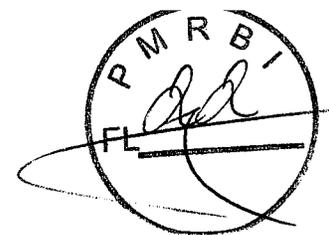
Item	Quantidade	Descrição
1	17	RELÓGIO PONTO ELETRÔNICO ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Leitor de impressão digital óptico 500 DPI, compatível com cartões de proximidade e cartões de barras, identificação de usuários através de senha numérica, com compartimento para bobinas de até 400 metros, impressora com corte automático de ticket, tela LCD touchscreen.
2	17	NOBREAK INTERNO Características: Proporciona ao relógio uma autonomia de até 4 horas de funcionamento na falta de energia. fixação em parede. Permite acoplamento na parte inferior do equipamento. Possui conector tipo engate rápido para conexão ao relógio de ponto. Possui fusível de proteção contra descarga total da bateria.
3	17	BOBINA PAPEL TÉRMICO C/ MÍNIMO 300 METROS X 57 MM
4	1	SISTEMA PARA TRATAMENTO DE PONTO

Por gentileza confirmar o recebimento.



Departamento de Compras
Prefeitura de Rio Bonito do Iguaçu
CNPJ: 95.587.770/0001-99

--

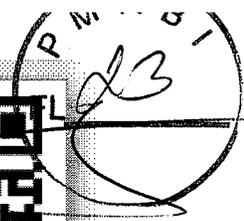
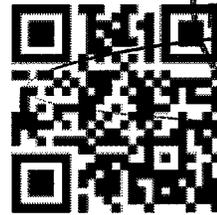


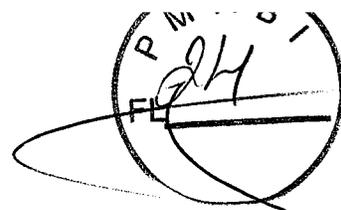


**CRACHÁ
DIGITAL**
Relógio Ponto

Margarete Ferreira
comercial@crachadigital.com.br

Rua Professor Becker, 2369
Guarapuava - PR
(42) 3622-6882





PROPOSTA COMERCIAL

Controle de Frequência

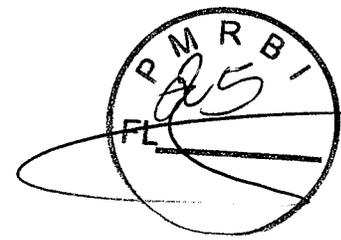
Gestão de Força de Trabalho em Nuvem

Controle de Acesso de Pessoas

Controle de Acesso de Veículos

Automação Comercial

CURITIBA, 24 de Junho de 2021.



Proposta Nº. 143851 revisão 2
À PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUACU.

Prezado (a) Senhor (a): Marcio

Enviado por EDUARDO DOLINSKI - (41) 9 9973-6283.

EDUARDO@DIMEP.COM.BR

Fundada há 84 anos, a DIMEP atua com a exclusiva assistência técnica em todo o Brasil, abastecendo cerca de 55% do mercado interno, sendo a maior indústria do ramo no Hemisfério Sul.

Missão: Prover soluções de alta tecnologia que agregam valor às empresas, simplificando o dia a dia de nossos clientes, buscando atender e superar suas necessidades, sempre primando pela qualidade.



Controle de
Frequência



Controle de Acesso
de Pessoas



AutomaçãoC
omercial



Controle de Acesso
de Veículos



As Soluções DIMEP são altamente sofisticadas e certificadas pela ISO 9001.



Mais de 95% dos clientes recomendam



Baixa manutenção



Fabricação 100% nacional



Alta durabilidade



Rigorosos padrões de qualidade



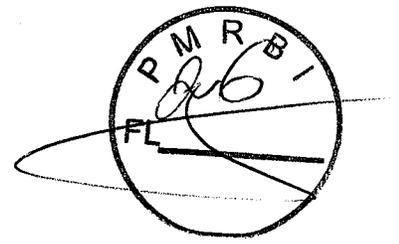
Melhor usabilidade



A DIMEP, por meio da plataforma Káiros figura entre as 18 principais empresas do mundo, sendo a **única empresa brasileira a entrar para o Workforce Management – Market Guide do Gartner**, que reconhece as empresas que mais se destacam em sistemas de gerenciamento de força de

Prover soluções de alta tecnologia, primando pela qualidade, em Sistemas de Ponto, Acesso, Estacionamento, Software e Automação Comercial, atendendo a todos os requisitos aplicáveis, com o compromisso de evolução e aperfeiçoamento constantes de produtos e processos, trabalhando em equipe com profissionais capacitados, focados na excelência do atendimento ao cliente, com rentabilidade.





PRÊMIOS



Ganhadora por 17 anos consecutivos do Prêmio **Top of Mind** na categoria Controle de Frequência.



Pela 5ª vez recebeu o **Prêmio Top Educação** na categoria Tecnologia de Acesso – Catracas/Biometria.



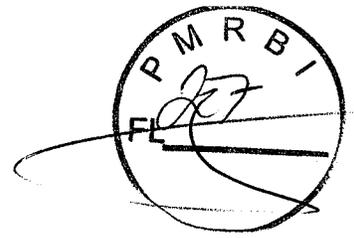
Vencedora da primeira edição do **Prêmio AFRAC de Excelência** na categoria Controle de Acesso.



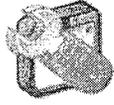
Conquistou mais uma vez o **Prêmio Melhores Fornecedores para RH** no segmento Controle de Frequência.



Vencedora do **Prêmio Cliente AS 2018** na categoria Melhor Projeto de Gestão de Recursos Humanos.

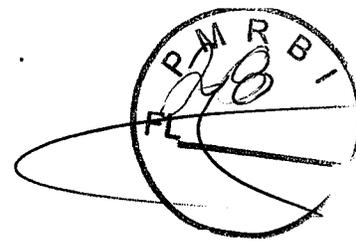


ORÇAMENTO

QTDE	MODELO	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
17	 G05551910	G05551910 - SMART PRINT BIO SAGEM 1000TPL 1P (WI-FI)(G3)	R\$ 3.699,00	R\$ 62.883,00
17	 C2626201	NO-BREAK INTERNO (ACESSÓRIO DA LINHA SMART POINT)	R\$ 558,00	R\$ 9.486,00
01	 instalação	Software de Comunicação	Verificar	Verificar
17	 D17519536B	BOBINA PAPEL TERMICO AMARELO (360X57) 360 METROS	R\$ 51,00	R\$ 867,00
17	 instalação INSTAL-A	INSTALAÇÃO TRIBUTADA PELO ICMS (DANFE). (<i>infraestrutura por conta do cliente</i>)	R\$ 222,00	R\$ 3.774,00
02	PS-P	Deslocamento	R\$ 495,00	R\$ 990,00

Confira mais detalhes do produto: <http://www.dimep.com.br/produtos/smart/>

TOTAL R\$ 78.000,00



CONDIÇÕES GERAIS

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: * **28 DDF** *

VALIDADE DA PROPOSTA: 10 dias.

PRAZO PARA ENTREGA: até 15 dias úteis dias úteis.

GARANTIA: 12 meses a contar da data do faturamento do equipamento. Em caso de necessidade de manutenção, o equipamento deve ser apresentado em uma Assistência Técnica.

GARANTIA (G3): 36 meses a contar da data do faturamento do equipamento, para todos os produtos cuja descrição contenha a informação (G3) . Em caso de necessidade de manutenção, o equipamento deve ser apresentado em uma Assistência Técnica **DIMEP**.

FRETE: FOB (indicar transportadora da sua preferencia)

OBSERVAÇÃO 1: DADOS DE FATURAMENTO:

NEO-TAGUS INDUSTRIAL LTDA., CNPJ: 61.092.565/0022-65, I.E: 062.962.293.01-06,
Av: Luiz Alves Cardoso Sobrinho, 541, Dos Tenentes, CEP: 37640-000, Extrema/MG.

OBSERVAÇÃO 2: DADOS DE FATURAMENTO PARA KAIROS:

NEO-TAGUS INDUSTRIAL LTDA., CNPJ: 61.092.565/0022-65, I.E: 062.962.293.01-06,
Av: Luiz Alves Cardoso Sobrinho, 541, Dos Tenentes, CEP: 37640-000, Extrema/MG.

▲ **MULTA:** Em caso de desistência do cliente, será cobrado o valor de 30% da proposta, exceto referente ao Kairos que seguirá de acordo com o item 13.1

CONHEÇA TODAS AS SOLUÇÕES DA DIMEP



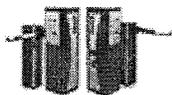
RELÓGIOS DE PONTO



SOFTWARE DE CONTROLE DE PONTO
E GESTÃO DE FORÇA DE TRABALHO



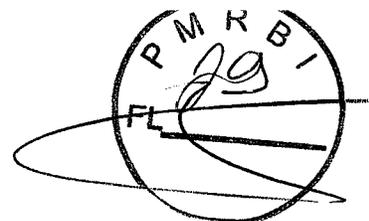
CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS



CONTROLE DE ACESSO DE VEÍCULOS



AUTOMAÇÃO COMERCIAL



CONTRATO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E/ OU SERVIÇOS Nº 143851

TERMOS DESTINADOS A HARDWARES DIMEP E/OU SERVIÇOS DISTINTOS AO SISTEMA KAIROS.

TERMOS E CONDIÇÕES

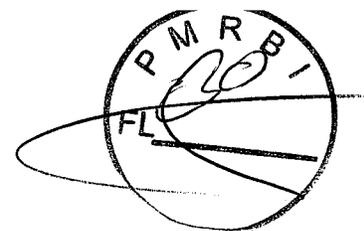
De um lado NEO-TAGUS INDUSTRIAL LTDA; pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 61.092.565/0022-65, na Avenida Luiz Alves Cardoso Sobrinho, nº 541, Dos Tenentes, Extrema – Minas Gerais, doravante denominada CONTRATADA, e de outro, a pessoa jurídica identificada e qualificada no corpo deste instrumento, doravante simplesmente CONTRATANTE têm, entre si, justa e pactuada a formalização e concordância expressa acerca do INTEIRO TEOR do presente instrumento, que se regerá de acordo com as cláusulas e condições abaixo transcritas:

CONTRATO DE VENDA E COMPRA DO OBJETO

1. O objeto do presente instrumento se consubstancia na venda e compra do (s) produto (s) descrito no corpo deste instrumento, doravante denominado "equipamento (s)". O presente contrato será considerado definitivamente aceito pela Contratada depois de aprovada as condições de crédito da Contratante, e as condições pactuadas, reservando-se a Contratada a faculdade de, em sendo necessário, propor alterações nas condições de vendas, exceto nas condições à vista. Será considerada nula qualquer estipulação ou obrigação verbalmente pactuada entre vendedor e contratante que não conste expressamente no corpo deste instrumento.
2. O contratante pagará à contratada pela compra pactuada, a importância descrita no corpo deste instrumento, sob quaisquer condições da ordem financeira e econômica nacional.
3. A propriedade do equipamento objeto do presente somente será transferida ao Contratante, mediante a quitação do preço e condições indicados no corpo deste instrumento.

DO PAGAMENTO

4. O Contratante obriga-se a adimplir o valor disposto no corpo deste instrumento e no prazo nele determinado.
Quando existir na condição de pagamento valor a ser pago no ato como contra pedido, o prazo de entrega passará a ser contado no primeiro dia útil após a efetiva comprovação do pagamento do contra pedido e a aprovação do crédito, quando aplicável.
5. O não pagamento dos valores previstos no corpo deste instrumento, na data pactuada, implicará a cobrança de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de débito, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da adoção de outras medidas que a Contratada julgar necessárias para o recebimento da quantia devida, inclusive judiciais.
6. O inadimplemento total do valor pactuado no corpo deste significará a rescisão deste contrato, devendo o Contratante devolver o equipamento em perfeito estado de conservação, sob pena de arcar com os custos necessários ao reparo, arcando, de imediato, com percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor pago, a título de perdas e danos prefixados independente de outras custas administrativas e judiciais a serem apuradas oportunamente.



CONTRATO

DA GARANTIA

7. A Contratada obriga-se a fornecer o equipamento descrito no corpo deste instrumento em perfeitas condições.

8. A Contratada obriga-se a reparar ou substituir, sem qualquer custo adicional, o equipamento posto em suas oficinas ou de seus concessionários autorizados e que apresentar defeito de fabricação ou acabamento, dentro do prazo 90(noveenta) dias, período de garantia legal e em consonância ao disposto no art. 18, § 1º, do CDC – Código do Consumidor.

9. Findo o prazo de garantia legal, para produtos informatizados a Contratada estende a garantia por mais 90 dias e para produtos não informatizados a extensão será por mais 275 dias, após o que, quaisquer despesas com reparo e manutenção do equipamento serão de responsabilidade do Contratante.

10. Perderá o direito à garantia supra se a CONTRATADA constatar que o equipamento apresenta sinais de violação de qualquer natureza, ou tenha sido ajustado, revisado ou consertado por terceiro não autorizado pela Contratada ou que apresente sinais de queima ou defeito de seus circuitos eletrônicos por uso em desacordo com o especificado no manual técnico, bem assim, por uso em rede elétrica imprópria.

11. A Contratada obriga-se a prestar os serviços retro citados, tanto gratuitos como remunerados, somente em suas oficinas, nas localidades onde mantiver assistência autorizada, sendo que os módulos eletrônicos se houver serão enviados à Matriz (SP) para conserto, quando necessário ou até e se possível ao centro de atendimento técnico mais próximo.

A locomoção para reparos não está incluída nesta garantia, portanto, correrá por conta do Contratante o frete do equipamento ou a locomoção do técnico quando exigida sua presença no local do produto instalado.

12. No caso de qualquer reclamação é necessário que o termo de garantia esteja acompanhado da Nota Fiscal de Venda.

DO EVENTUAL CANCELAMENTO DO PEDIDO E RESPECTIVO CONTRATO:

13. O eventual cancelamento do pedido e via de consequência deste instrumento de fornecimento, por razões imotivadas, acarretará à CONTRATANTE a multa no de 30% do valor contratado, inclui-se, também, nesta situação a simples recusa do Contratante no recebimento do produto, devendo assumir o pagamento do frete correspondente ao envio e devolução do (s) produto (s).

13.1 Salvo por descumprimento contratual, caso haja interesse em cancelamento do contrato de prestação de serviços e Kairos, antes do primeiro ano de vigência, será cobrado como multa compensatória o valor integral das parcelas restantes. Caso a solicitação ocorra após o primeiro ano, o valor a ser cobrado corresponderá a 50% do total restante ao plano contratado.

DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO DE HARDWARE E SOFTWARE

(quando contratado e disposto no pedido)

14. A Contratada se obriga a prestar os serviços de instalação, manutenção e treinamento, conforme as condições e preços descritos no corpo do presente instrumento.

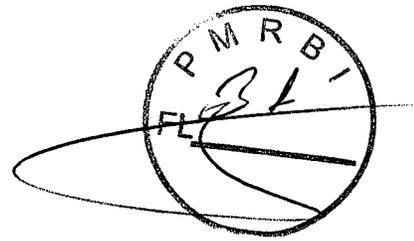
15. O Contratante se obriga a efetuar pontualmente os pagamentos descritos no corpo deste instrumento.

16. Considerando a dupla contratação (fornecimento e serviços), eventual infração a qualquer dispositivo do presente, autorizará a Contratada a suspender os serviços ora contratados, independentemente de notificação prévia, até que seja sanada a falta.

17. O preço e a forma de pagamento da prestação de serviço contratado são os descritos no corpo do presente.

18. Considerando a essencialidade dos serviços de suporte técnico de hardware e software, e, como forma de evitar seja expirado o prazo contratual estipulado no corpo do presente instrumento, a

CONTRATO



CONTRATANTE concorda e aceita que a renovação da contratação dos aludidos serviços seja efetuada automaticamente, por igual período, e assim sucessivamente.

19. A renovação acima poderá ser interrompida pela Contratante, bastando que para isso a mesma comunique à CONTRATADA sua intenção, por escrito através de carta, no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores à data da renovação automática.

20. O prazo de validade contratual de prestação de serviços de suporte técnico de hardware e ou de software especificado, será no mínimo de 12(doze) meses ou pelo prazo superior que for determinado no corpo do presente instrumento.

DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

21. Quanto ao prazo de entrega, a Contratada limita-se a fornecer o equipamento mencionado no corpo deste instrumento no prazo avençado.

22. As despesas de frete para as entregas de mercadorias serão por conta exclusiva do Contratante. Fica facultado ao Contratante indicar, sob sua responsabilidade, a transportadora de sua confiança para entrega dos equipamentos solicitados.

23. A transportadora será sempre responsável por eventuais danos decorridos de sinistros, acidentes de transporte, atrasos da entrega, mesmo em caso fortuito ou força maior.

24. O prazo de entrega será contado sempre a partir do primeiro dia útil após a regularização e aprovação do crédito e da efetiva comprovação do pagamento do contra pedido, quando aplicável.

25. A Contratada efetuará a entrega do equipamento no prazo estipulado no corpo deste instrumento, considerando seu estoque atual.

26. Caso não haja equipamentos em estoque, ou em caso de impossibilidade de cumprir os prazos por motivo de caso fortuito ou força maior ficará facultado à Contratada, mediante mútua concordância prévia, a alteração e prorrogação do prazo de entrega.

27. A Contratada é responsável pela veracidade dos dados oferecidos para faturamento e, estando incorretos que obrigue a novo faturamento ou redespacho, arcará a Contratante com os custos de impostos e fretes os quais serão apenas informados e que desde logo a Contratante autoriza a respectiva cobrança por boleto bancário.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28. A Contratada reserva-se ao direito de suspender a entrega se o Contratante estiver em atraso com o pagamento de seus compromissos, referente a este ou outros pedidos, até a completa solução do débito. Caso tenha ocorrido entrega parcial, ficará facultado à Contratada tomar medidas judiciais cabíveis que julgarem necessárias.

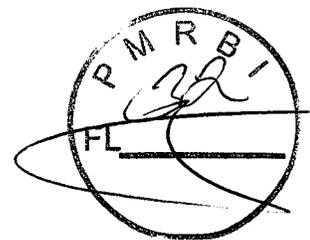
29. Em caso de divergência entre a Contratada e a Contratante, sobre o que está contratado e estando já emitidos e em cobrança os títulos de crédito relativos aos equipamentos já fornecidos, compromete-se a Contratante a saldar a dívida existente independente da solução da referida divergência.

30. A infração de qualquer dispositivo do presente instrumento ensejará a sua rescisão.

31. O contratante declara que tomou conhecimento prévio do inteiro teor do presente instrumento;

32. A nulidade/ineficácia de qualquer das cláusulas contidas neste instrumento não invalidará as demais disposições contratuais, que permanecerão em vigor.

Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências resultantes deste instrumento de contrato.



AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

NEO-TAGUS INDUSTRIAL LTDA.

À PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU.

Ref.: Autorização de Fornecimento.

Prezado (a) Senhor (a):

Marcio

Telefone:(42) 3653-1122

E-mail:compras.pmrbi@hotmail.com

Endereço:R. 7 DE SETEMBRO, 720 - R BONITO DO IGUAÇU - Paraná

CEP:85340-000

CNPJ:95587770000199

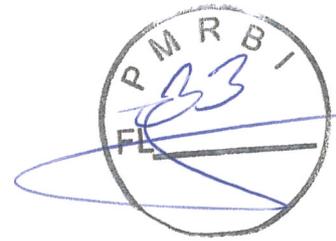
Pelo presente instrumento, autorizamos o fornecimento dos produtos/serviços constantes na proposta/contrato de N° 143851 no valor total de R\$ 78.000,00. Declaro, para todos os fins, que estamos de acordo com as condições de fornecimento e atendimento previstos nesta proposta.

CLIENTE PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

Nome:Marcio

NEO-TAGUS INDUSTRIAL LTDA.

Nome: EDUARDO DOLINSKI

**DIMEP - Proposta Comercial SMARTPRINT PRO 24 06 2021**

Eduardo Dolinski <eduardo.dolinski@dimep.com.br>

Qui, 24/06/2021 17:49

Para: compras.pmrbi@hotmail.com <compras.pmrbi@hotmail.com>

2 anexos (5 MB)

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUACU - Smartprint PRO - 24 06 2021.pdf; LDI-207 - SmartPrint.pdf;

Boa tarde Sr Marcio !

Boa tarde Sr Éliton !

Tudo bem ?

Esperamos poder prestar-lhe, sempre, um serviço rápido, moderno e dentro dos mais altos padrões de qualidade.

Ao mesmo tempo que aproveitamos a oportunidade para agradecer-lhe pela preferência e confiança depositada em nosso trabalho.

A DIMEP Sistemas é empresa líder em controle de sistema de ponto, acesso e estacionamento. Fundada em 1936, tornou-se um ícone em seu segmento, oferecendo a melhor solução em tecnologia de hardware e software de acesso, ponto e estacionamento.

E de acordo o contato comercial efetuado nesta data segue em anexo a Proposta Comercial contendo os itens solicitados e para prosseguir com o pedido solicito os dados abaixo:

CNPJ:

Inscr. Estadual:

É contribuinte de ICMS () SIM () NÃO

E-mail para receber a DANFE:

Transportadora de sua Preferencia: (lembrando que o frete é FOB, por conta do cliente)

Pagina 09 assinada e carimbada.

(Faturamento pelas DIMEP Extrema/Mg)

Colocamo-nos à inteira disposição para esclarecimentos que se julguem necessários.

Atenciosamente,
Eduardo Dolinski
Consultor de Vendas -

Rua XV de Novembro, 1500 S/L - Centro - Curitiba - PR - Brasil

Tel: 41 98789-2221Cel: 41 99973-6283www.dimep.com.br**Eduardo Dolinski**

Consultor de Negocios

Rua XV de Novembro 1500 Sobreloja Centro

Curitiba - PR

+55 41 3264-3611





MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU – PR

CNPJ: 95.587.770/0001-99

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 720 – CENTRO

Fone: (42) 3653-1122 - e-mail: prefeitura@riobonito.pr.gov.br



DEPARTAMENTO DE COMPRAS

DECLARAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS

Declaro para os devidos fins que foram realizados todos os esforços visando a aquisição de orçamento para formação de preço de referência do processo que pretende *adquirir equipamento de coleta de ponto eletrônico*, em conformidade com INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020.

Em conformidade com a referida Instrução Normativa, a pesquisa de preços foi obtida com base em pesquisa de *fornecedores*.

Para obter os valores de referência foi utilizado a **MÉDIA DOS VALORES OBTIDOS** desconsiderando as informações cujos preços revelem-se evidentemente fora da média de mercado, de modo a evitar distorções no custo médio apurado e, conseqüentemente, no valor máximo a ser aceito para cada item licitado.

Rio Bonito do Iguaçu, 16/07/2021.

Élton Kruger

Élton Kruger

Auxiliar administrativo

Departamento de Compras



Município de Rio Bonito do Iguaçu
Solicitação 120/2021



Equiplano

Página:1

Solicitação

Número **120** Tipo **Aquisição de Material** Emitido em **16/07/2021** Quantidade de itens **4**

Solicitante

Código **1478-8** Nome **IRINEU FERREIRA CAMILO** Processo Gerado Número **0/2021**

Local

Código **310** Nome **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

Órgão

Código **03** Nome **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** Pagamento Forma **EM ATÉ 30 DIAS CONFO**

Entrega

Local **RUA 7 DE SETEMBRO, Nº 720 - CENTRO** Prazo **12 Meses**

Descrição:

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES EQUIPAMENTOS DE COLETA DE PONTO ELETRÔNICO QUE ATENDERÃO AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS VINCULADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

Justificativa:

A AQUISIÇÃO DOS OBJETOS TEM PROPÓSITO DE AUXILIAR O PLENO FUNCIONAMENTO DOS SETORES QUE COMPÕEM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS ÓRGÃOS VINCULADOS A ESTA PREFEITURA.

A PRESENTE AQUISIÇÃO ESTÁ RELACIONADA EM MODERNIZAR A FORMA DE TRATAMENTO DO PONTO DOS SERVIDORES COM A IMPLANTAÇÃO DO REGISTRO ELETRÔNICO DE PONTO, A QUAL POSSIBILITARÁ: VERIFICAR O EFETIVO CUMPRIMENTO DE CARGA HORÁRIA DOS AGENTES PÚBLICOS; AMPLIAR OS MECANISMOS DE GESTÃO, TRANSPARÊNCIA, RACIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (MENOS PAPEL, ECONOMICIDADE); FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS.

O QUANTITATIVO FORA DEFINIDO COM A PARTICIPAÇÃO DO SECRETÁRIO DE SAÚDE E DE EDUCAÇÃO COM O OBJETIVO DE REALIZAR UM ÚNICO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO QUE AUXILIARÁ NA UNIFORMIDADE DA CONTRATAÇÃO, EVITANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS IGUAIS, MAS COM PREÇOS DISTINTOS, ALÉM DE AUXILIAR NA ECONOMIA DE ESCALA E, EVITANDO, TAMBÉM GASTOS COM PUBLICAÇÕES, MATERIAIS E RECURSOS HUMANOS CASO SE REALIZE VÁRIAS LICITAÇÕES.

A AQUISIÇÃO DOS ITENS DEVERÁ SER POR LOTE DEVIDO À NECESSIDADE DO RELÓGIO PONTO SER COMPATÍVEL COM O NOBREAK, BOBINA E SISTEMA DE TRATAMENTO DE PONTO.

Lote

001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
032474	RELÓGIO PONTO ELETRÔNICO Especificações mínimas: Leitor de impressão digital óptico 500 DPI, compatível com cartões de proximidade e cartões de barras, identificação de usuários através de senha numérica, com compartimento para bobinas de até 400 metros, impressora com corte automático de ticket, tela LCD touchscreen.	UN	17,00	1.586,81	26.975,77
032475	NOBREAK INTERNO Características: Proporciona ao relógio uma autonomia de até 4 horas de funcionamento na falta de energia. fixação em parede. Permite acoplamento na parte inferior do equipamento. Possui conector tipo engate rápido para conexão ao relógio de ponto. Possui fusível de proteção contra descarga total da bateria. (Compatível com relógio ponto).	UN	17,00	154,95	2.634,15
032476	BOBINA PAPEL TÉRMICO C/ MÍNIMO 300 METROS X 57 MM (Compatível com relógio ponto).	UN	50,00	40,72	2.036,00
032477	SISTEMA PARA TRATAMENTO DE PONTO OBS: Valor da licença anual, podendo este ser pago de forma parcelada. (Compatível com relógio ponto).	UN	1,00	5.889,16	5.889,16
TOTAL					37.535,08
TOTAL GERAL					37.535,08

IRINEU FERREIRA CAMILO
Solicitante



MUNICIPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU – PR

CNPJ: 95.587.770/0001-99

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 720 – CENTRO

Fone: (42) 3653-1122 - e-mail: prefeitura@riobonito.pr.gov.br



GABINETE DO PREFEITO

DESPACHO

Preliminarmente determino que o presente procedimento deva tramitar pelos setores competentes com vistas:

1 - À Secretaria de Finanças para a indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer face à despesa, com a respectiva dotação orçamentária, informando o prazo de pagamento, fazendo a verificação da adequação orçamentária e financeira, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, se for o caso.

2 - Após verificada a indicação dos recursos orçamentários seja retornado o presente procedimento para análise.

Rio Bonito do Iguaçu, 19 de julho de 2021.


SEZAR AUGUSTO BOVINO
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU – PR

CNPJ: 95.587.770/0001-99

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 720 – CENTRO

Fone: (42) 3653-1122 - e-mail: prefeitura@riobonito.pr.gov.br



DEPARTAMENTO DE COMPRAS

MEMORANDO INTERNO

Rio Bonito do Iguaçu – PR, 19/07/2021

Ao Departamento de Contabilidade
Sra. Renata Bocca Doertzbacher
Contadora

Assunto: Solicitação de dotação orçamentaria

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COLETA DE PONTO ELETRÔNICO - SOLICITAÇÃO 120/2021.

REQUISITANTES: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Mediante o pedido de aquisição dos itens na solicitação feita em anexo, solicitamos informação acerca da existência de previsão orçamentária para custeio das despesas, cujo valor estimado é de R\$ 37.535,08 (Trinta e sete mil quinhentos e trinta e cinco reais e oito centavos).

Atenciosamente,

Élton Kruger

Élton Kruger
Auxiliar Administrativo
DEPARTAMENTO DE COMPRAS



Município de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95.587.770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - 85340-000 Tel: (42) 3653-1122
Rio Bonito do Iguaçu - PR



SECRETARIA DE FINANÇAS

Rio Bonito do Iguaçu, 20 de julho de 2021.

Imo. Sr.

Élton Kruger.

Departamento de Compras

Ref. Indicação de previsão orçamentária para Aquisição de equipamento de coleta de ponto eletrônico.

Em verificação feita junto ao orçamento municipal, verifiquei a possibilidade orçamentária de aquisição dos bens/serviços solicitados. Para tanto, informo as dotações orçamentárias a serem utilizadas:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Equipamento e Material Permanente

560-000-03-001-04.122.0003.2007-4.4.90.52.00.00

650-000-03-002-04.122.0003.2008-4.4.90.52.00.00

880-000-03-003-04.122.0003.2006-4.4.90.52.00.00

890-504-03-003-04.122.0003.2006-4.4.90.52.00.00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

Equipamento e material permanente

2670-000-06-001-12.361.0008.2021-4.4.90.52.00.00

2680-103-06-001-12.361.0008.2021-4.4.90.52.00.00

2690-504-06-001-12.361.0008.2021-4.4.90.52.00.00

SECRETARIA DE SAÚDE

Equipamento e material permanente

3500-000-07-001-10.301.0009.2028-4.4.90.52.00.00

3510-303-07-001-10.301.0009.2028-4.4.90.52.00.00

Atenciosamente,


Renata Bocca Doertzbacher

Contadora

CRC 071170-/O-6 PR



MUNICIPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU – PR

CNPJ: 95.587.770/0001-99
RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 720 – CENTRO
Fone: (42) 3653-1122 - e-mail: prefeitura@riobonito.pr.gov.br



GABINETE DO PREFEITO

AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

DESPACHO

Feita a análise sob a ótica da oportunidade e conveniência e relevância para o Interesse Público corroborada pela disponibilidade orçamentária atestada pela Secretaria da Finanças, **autorizo** nos termos do artigo 38 da Lei 8666/93 a abertura de procedimento licitatório para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COLETA DE PONTO ELETRÔNICO**.

Para tanto, determino que:

- 1 – Seja autuado o processo correspondente, devendo respeitar o protocolo e numeração;
- 2 – Ao Setor de Licitações para elaboração da minuta do instrumento convocatório e escolha da modalidade licitatória;
- 3 – À Procuradoria Jurídica para análise da minuta do Instrumento convocatório; e
- 4 – Por fim, confecção do aviso de Licitação para posterior publicação.

Rio Bonito do Iguaçu, 20 de Julho de 2021.


SEZAR AUGUSTO BOVINO
PREFEITO MUNICIPAL



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL

CONSIDERANDO que o Pregão Eletrônico demanda a necessidade da utilização de uma plataforma de uso e acesso específica, via internet, na qual os participantes podem estar fisicamente muito distantes da sede do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO que a opção pelo Pregão Presencial decorre da prerrogativa de escolha (discricionariedade) que possui a Administração, já que, a norma não obriga à utilização do Pregão Eletrônico exceto para execução de convênios e contratos de repasse provenientes da União, nos termos da Instrução Normativa nº 206, de 2019. Dessa forma resta evidente que é uma opção e alternativa do contratante quando o objeto for comum o bastante para ser completamente definido e encontrado no mercado, de forma simples e objetiva, inviabilizando uma verificação prévia das propostas de grande número de empresas, no Pregão Eletrônico;

CONSIDERANDO que a realização do Pregão, na sua forma Eletrônica, tem acarretado alguns sérios problemas para os órgãos públicos de menor porte, a exemplo desta Prefeitura Municipal, especialmente no que tange ao cumprimento contratual, por conta, em grande parte, da distância, essa permitida na modalidade Eletrônica, e desinteresse posterior de licitantes, decorrente daquela, quando da adjudicação, vindo a resultar em prejuízo, em diversos aspectos, como econômico, material e temporal, para o órgão, o mesmo não ocorrendo quando do Pregão na sua forma Presencial, que demanda, e demonstra maior interesse por parte dos participantes, justamente pela necessidade da presença física do licitante, assegurando, geralmente, desta forma, a contratação;

CONSIDERANDO que o Pregão Presencial, além de mais prático, fácil, simples, direto e acessível, atinge o seu fim, e fim único de toda licitação, qual seja garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, permitindo a participação de quaisquer interessados que atendam aos requisitos exigidos, e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, mediante sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances



MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU – PR

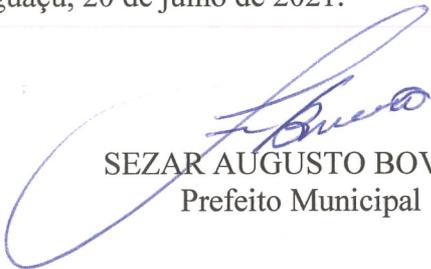
CNPJ: 95.587.770/0001-99
RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 720 – CENTRO
Fone: (42) 3653-1122 - e-mail: prefeitura@riobonito.pr.gov.br



verbais, além de ser eminentemente público e aberto, não resultando, desta forma, em qualquer prejuízo para a Administração.

Dessa forma, apresenta-se mais conveniente e oportuno para a Administração Pública Municipal a adoção do Pregão Presencial na realização do presente certame.

Rio Bonito do Iguaçu, 20 de julho de 2021.


SEZAR AUGUSTO BOVINO
Prefeito Municipal



MUNICIPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU – PR

CNPJ: 95.587.770/0001-99

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 720 – CENTRO

Fone: (42) 3653-1122 - e-mail: prefeitura@riobonito.pr.gov.br



DEPARTAMENTO DE COMPRAS

MEMORANDO INTERNO

Rio Bonito do Iguaçu – PR, 20/07/2021

Ao Sr. Roberto Jose Kwapis
Departamento de Licitação

Referente: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COLETA DE PONTO ELETRÔNICO - SOLICITAÇÃO 120/2021.

Venho respeitosamente encaminhar a presente solicitação para as providencias necessárias e para que seja iniciado o procedimento competente.

Documentos em anexo:

- a) Solicitação da secretaria;
- b) Pesquisa de preços;
- c) Dotação orçamentária;
- d) Autorização para abertura de procedimento.

Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu,
Secretaria Municipal de Administração

Depto. de Licitações

Protocolo nº 792021

Data: 20/07/2021

Horario: h e min.

Carimbo Assinatura do Recebedor

Roberto José Kwapis
Oficial Administrativo
Decreto 674/1999

Atenciosamente,

Élton Kruger

Élton Kruger

Auxiliar Administrativo

DEPARTAMENTO DE COMPRAS



MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO PARA PARECER JURÍDICO
Pregão Presencial n.º. __/2021-PMRBI
Sistema de Registro de Preços
Exclusiva para ME/EPP
(Artigo 48, § I, da Lei Complementar n.º. 123/2006)

Entidade Promotora: Município de Rio Bonito do Iguaçu - Paraná.
Pregoeiro e Equipe de Apoio nomeados pelo Decreto n.º. 020/2021, de 28/01/2021, composta pelos senhores:
Pregoeiro – Roberto José Kwapis.
Equipe de Apoio – Poliana Freitas, Angela Conrado Machado, Rudney Brecailo de Freitas e Marcos André Santi.

Data de Emissão: __ de ____ de 2021.

Data de abertura: __ de ____ de 2021.

Horário: __: __ horas.

O Município de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob o n.º. 95.587.770/0001-99, com sede a Rua 7 de Setembro, 720 - Centro, Rio Bonito do Iguaçu - Paraná, fone n.º. (42) 3653-1122, convida V. S.a. a participar do Registro de Preços conforme a Licitação **Pregão Presencial, tipo menor preço por lote**, a realizar-se na Prefeitura Municipal, em conformidade com a Lei Federal n.º. 10.520/2002, Lei Federal n.º. 8.666/93, Lei Complementar n.º. 123/2006, Lei Complementar n.º. 147/2014, Lei Complementar n.º. 046/2014, Decreto Federal 3.555/2000, Decretos Municipais n.º. 149/2006, 140/2007, de 28 de agosto de 2007, e com o descrito neste edital.

Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação, deverão ser protocolados no setor de licitações da Prefeitura Municipal, no endereço supra mencionado, bem como o credenciamento dos representantes das empresas **até às xx:xx (xxxx) do dia xx de xxxx de 2021.**

O Edital e seus Anexos podem ser obtidos junto ao Depto. de Licitações da Prefeitura em horário normal de expediente, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis, e no sítio www.riobonito.pr.gov.br, no *link* Licitações.

Os proponentes interessados em participar do presente certame licitatório deverão acompanhar no sítio eletrônico www.riobonito.pr.gov.br, no *link* *Licitações* possíveis adendos, retificações, esclarecimentos, impugnações, decisões, despachos, respostas, suspensões, manifestações, adiamentos, e quaisquer outros atos referentes aos presente certame, não sendo de responsabilidade do Município o encaminhamento de alerta sobre as movimentações acima descritas.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para a aquisição de equipamentos de coleta de ponto eletrônico**, para o período de 12 (doze) meses, conforme as especificações descritas no termo de referência (Anexo II).



1.2. As quantidades constantes no Anexo nº. II, não necessariamente serão adquiridas em sua totalidade. As mesmas são quantidades estimadas, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço.

1.2.1. Não será limitado o quantitativo mínimo a ser entregue por cada licitante.

1.2.2. As licitantes para as quais for adjudicado item constante do Anexo nº. II e forem convocadas para a assinatura da Ata, obterão apenas o direito e a exclusividade de fornecimento do referido item até o término da vigência contratual.

1.2.3. Alertamos a todos os licitantes, para fins de seus planejamentos orçamentários que os mesmos não estão obrigados a adquirir previamente toda a quantidade constante do Anexo nº. II.

1.2.4. O Município de Rio Bonito do Iguaçu não se responsabilizará por prejuízos financeiros, não cabendo por parte dos licitantes qualquer recurso sob alegação da expectativa da compra por parte da Prefeitura.

1.3. A quantidade estimada para o presente processo licitatório, relacionado no edital de embasamento, serve apenas como orientação, não constituindo, sob hipótese alguma garantia de faturamento.

2. ESCLARECIMENTOS INICIAIS

2.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição futura de bens, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado Ata de Registro de Preços. Neste Sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.

2.2. Nesta licitação, será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde os fornecedores manterão seus preços registrados, durante o período de 12 (doze) meses, tornando-os disponíveis, caso necessite o **Município de Rio Bonito do Iguaçu** efetuará aquisições nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame.

2.3. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quanto necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total de cada item.

2.4. Quando das contratações decorrentes do registro de preços será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.



3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Somente poderão participar desta Licitação as empresas:

3.1.1. Estabelecidas no país do ramo pertinente ao objeto da licitação que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) Que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente;
- b) Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- c) Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o Município de Rio Bonito do Iguaçu, PR;
- d) Empresas punidas com a sanção prevista no item anterior, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por órgão ou entidades do Estado do Paraná;
- e) Empresas impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;
- f) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- g) Estrangeiras que não funcionem no País.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. No início da sessão, cada licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao Pregoeiro, apresentando a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente e comprovando, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de propostas (lances verbais), oferta de desconto e para a prática dos demais atos inerentes ao certame. (Modelo – Anexo III).

4.1.1. Os documentos mencionados no Item anterior, inclusive o documento de identificação do representante credenciado, deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou fotocópias simples, acompanhadas dos respectivos originais, para a devida autenticação, pela Equipe do Pregão ou já autenticados por cartório competente.

4.1.2. O credenciamento (Modelo – Anexo III), **deverá ter reconhecida em cartório, a assinatura do representante legal.**

4.2. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento através de outorga por instrumento público ou particular; neste último caso mediante apresentação do ato constitutivo da Empresa, para identificação daquele que outorgou os poderes ao seu representante. Tanto o instrumento público como o particular deverão conter menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como, demais atos pertinentes ao certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



4.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá comprovar ser o responsável legalmente, podendo assim assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.3.1. O Instrumento de Credenciamento em todas as opções deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) requerimento de empresário, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b.1) os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.4. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

4.5. Iniciada a Sessão, será vedada a substituição do representante da empresa devidamente credenciado, ainda que esteja munido de instrumento procuratório com poderes específicos, salvo por caso fortuito ou força maior.

4.6. A falta ou incorreção dos documentos solicitados para credenciamento não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de se manifestar na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório.

4.7. **Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues separadamente dos envelopes de números 01 e 02.**

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida pelo Pregoeiro, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário determinados no preâmbulo do presente edital.

5.2. Declarada aberta à sessão pelo Pregoeiro, os representante(s) da(s) Empresa(s) licitante(s) entregará (ão) os envelopes contendo a(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento a admissão de novos licitantes.

5.2.1. **As licitantes deverão entregar ao Pregoeiro, declaração assinada pelo representante legal de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação. (conforme modelo ANEXO V).**



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



5.3. O envelope da Proposta de Preços deverá ser expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

**ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº xx/2021-PMRBI
RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DO PROPONENTE**

5.4. O envelope dos Documentos de Habilitação deverá ser expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

**ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº xx/2021-PMRBI
RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DO PROPONENTE**

5.5. Inicialmente, será aberto o Envelope 01 - Proposta de Preços - e, após, o Envelope 02 - Documentos de Habilitação.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (MÍDIA DIGITAL)

6.1. A proposta deverá ser apresentada formalmente em uma via impressa com os valores e preenchida em todos os campos do arquivo proposta mídia digital CD, DVD ou PENDRIVE (com a extensão .esl nos parâmetros do Sistema Equiplano conforme programa de geração de proposta disponível no site www.equiplano.com.br), sem rasuras ou entrelinhas devidamente assinadas na última folha e rubricadas nas demais, pelo representante legal da licitante, devendo conter na parte externa (CD, DVD ou PENDRIVE) os seguintes dizeres: - Razão Social da empresa; e, - Modalidade, número e ano da licitação.

O arquivo digital para preenchimento da proposta de preços encontra-se disponível para download no site eletrônico www.riobonito.pr.gov.br, no link licitação arquivo proposta digital – Proposta Pregão nº. xx/2021, conforme abaixo:

Licitação – Arquivo Proposta Digital – 2021

Proposta Pregão:

XX

A proponente ao baixar o arquivo deverá renomeá-lo com a razão social da licitante.

6.2. O arquivo .esl deverá conter obrigatoriamente sob pena de desclassificação e/ou não aceitação da proposta:

- Dados do Fornecedor: Razão Social ou denominação da licitante, com seu endereço completo, número de telefone/fax, número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
- Dados Bancários: Banco, Agência, Nome, Cidade, Estado, Conta e Data de Abertura;
- Dados do Representante: Nome, documentos pessoais, endereço completo e telefone;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



d) Dados do Quadro Societário: Nome, endereço completo, telefone, documentos pessoais e ato constitutivo.

6.3. Prazo de validade da proposta, **não poderá ser inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, a contar da data de sua apresentação, sob pena de desclassificação da proposta.

6.4. O prazo total da entrega dos produtos **não poderá ser inferior a 12 (doze) meses**, a contar da data de sua apresentação, sob pena de desclassificação da proposta.

6.5 Serão desclassificadas as empresas que:

- Não apresentarem a proposta em formato .esl em mídia digital CD, DVD ou PENDRIVE;
- O Sistema Equiplano utilizado pela Prefeitura não reconhecer, ler ou desconhecer o conteúdo, por falha na mídia ou falha operacional da empresa.

6.6. As propostas deverão conter o preço unitário e total por item, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, sem previsão inflacionária e a marca do produto ofertado. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros.

6.7. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte, bem como a entrega, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

6.8. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

6.9. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou ainda que apresentarem valores acima do fixado no presente Edital.

6.11. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a prestação dos serviços, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



6.12. O Pregoeiro considerará como formais erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

6.13. As quantidades dos itens indicados no Anexo II poderão sofrer alterações para mais ou para menos, conforme disposto no art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

6.14. Todo e qualquer fornecimento dos materiais fora do estabelecido neste edital, em desacordo com as especificações, será imediatamente notificado à(s) licitante(s) vencedora(s), que ficará (o) obrigada(s) a substituir prontamente, correndo por sua conta e risco tais substituições, sendo-lhes aplicadas, também, as sanções previstas neste edital.

6.15. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.2. Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro, equipe de apoio e credenciados que desejarem.

7.3. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o **critério de menor valor por lote**.

7.3.1. Serão desclassificadas as empresas que ultrapassarem o valor máximo fixado unitário e total.

7.4. Lido os preços, o Pregoeiro relacionará todas as propostas classificadas em ordem crescente.

7.5. O autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

7.6. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as 03 (três) melhores propostas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam seus preços ofertados na proposta escrita.

7.6.1. Caso haja empate no valor das propostas escritas, e estas se encaixarem no disposto nas sessões 7.5 e 7.6, o Pregoeiro seguirá o disposto no Art. 4º do Decreto Federal 3.555/2000, ou seja, em favor da ampliação da disputa entre os interessados em fornecer o objeto deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



7.6.1.1. No caso de empate, conforme descrito acima, será decidido por sorteio à ordem dos lances verbais.

7.7. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

7.7.1. Não ficará fixado o limite mínimo do valor de cada lance, ficando a cargo do Pregoeiro decidir a respeito.

7.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.9. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital.

7.10. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, se atender as necessidades da administração o pregão será validado e passará para a fase seguinte.

7.11. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.12. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

7.13. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

7.14. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

7.15. Nas situações previstas nos subitens 7.10, 7.11 e 7.14, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.16. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo Pregoeiro,



pela equipe de apoio e pelos licitantes presentes; a estes, sendo-lhes facultado esse direito.

7.16.1. Havendo recusa de qualquer licitante em assinar a ata, este fato será registrado pelo Pregoeiro, presumindo-se concordância de tal licitante com todos os seus termos e conteúdo, ficando precluso o direito de recurso.

7.16.2. No caso de microempresa e empresa de pequeno porte, a mesma deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal, de que se enquadra no conceito de ME ou EPP, sob as penas da lei, no ato do credenciamento.

8. DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

8.1 Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos à: habilitação jurídica; qualificação econômico-financeira; e, regularidade fiscal e trabalhista.

8.1.1 Os documentos comprobatórios pertinentes à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal e trabalhista, deverão se encontrar dentro do Envelope N°. 02 (Documentos de Habilitação).

8.1.2 Será comprovada a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, mediante diligência via *on line*, caso haja divergências entre o documento apresentado e o verificado, prevalecerá às informações *on line*.

8.1.3 Os documentos de habilitação deverão ser autenticados por cartório competente, ou por servidor devidamente qualificado.

8.1.3.1 As autenticações que por venturas dependerem do servidor terão que ser obrigatoriamente, efetuadas antes do início dos trabalhos da sessão, (mínimo de uma hora).

8.1.3.2 Não serão autenticados documentos na sessão, salvo para observar o Art. 4º do Decreto Federal 3555/2000.

8.2. As empresas deverão apresentar dentro do Envelope N°. 02 (Documentos de Habilitação), os documentos abaixo relacionados, em plena validade:

8.2.1 - Relativos à Habilitação Jurídica

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b.1) os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Comprovação da Situação junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- f) Alvara de funcionamento emitido pelo setor competente do município sede da licitante, em plena validade;
- g) Certidão simplificada emitida pela junta comercial da sede da proponente com emissão não superior a 60 (sessenta) dias corridos contados da data prevista para apresentação dos envelopes.

8.2.2 - Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
 - a.1) faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional.
 - b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND)/Tributos Federais e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
 - c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (conforme Lei nº. 12.440, de 7 de julho de 2011).

8.2.3 - Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou de certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
 - a.1) As certidões, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de **expedição não superior a 60 (sessenta) dias** corridos, contados da data prevista para apresentação dos envelopes.

8.3 Os Fornecedores deverão apresentar declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:

- a) Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade da entrega (ANEXO IV);
- b) Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal (ANEXO IV);
- c) declara inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 (ANEXO IV);
- d) Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93. (conforme modelo anexo VI);
- e) Declaração de parentesco. (conforme modelo anexo VIII).



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



NOTA IMPORTANTE:

1. Em caso de paralisação (greve) dos servidores de órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer esfera de Poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), que impeça a expedição de documentos oficiais, a habilitação da licitante ficará condicionada à apresentação do documento que não pôde ser apresentado na data da abertura dos envelopes do certame, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da greve.

1.1. No caso de apresentação de certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), haverá a inabilitação em razão de fato superveniente, de acordo com o previsto no artigo 43, parágrafo 5º da Lei nº. 8.666/93.

1.2. Caso já esteja estabelecida a relação contratual (nota de empenho e/ou contrato), vindo o Contratado apresentar certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), ocorrerá a rescisão contratual, por inadimplemento de cláusula do contrato, conforme artigo 55, inciso XIII c/c artigo 78, I da Lei Federal nº. 8.666/93.

8.4. Nos casos de empresas ME e EPP, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa não será declarada inabilitada, e será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.4.1. Considera-se microempresa, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

8.4.2. Consideram-se empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

9. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer cidadão ou pretense licitante poderá impugnar este ato convocatório, de acordo com as instruções contidos no item 9.5.

9.2. Os esclarecimentos e as dúvidas, sobre o conteúdo do Edital e seus Anexos somente serão prestados, processados e respondidos quando solicitados por escrito ao Sr. Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da licitação, ou seja até xx/xx/2021, com a indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico para contato, deve ser dirigida ao Pregoeiro, contendo a



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720

- Centro

- Telefax (0**42) 3653-1122

85340-000

- Rio Bonito do Iguaçu

- Paraná



indicação do pedido de esclarecimento, a qualificação do requerente, o relato dos fatos, a fundamentação, o pedido, a data, o local e assinatura do requerente, devendo ser instruído com os documentos pessoais (RG e CPF), e/ou com a apresentação dos atos constitutivos da empresa, e, se necessário procuração com poderes especiais para representar o requerente, devendo ser protocolada no Depto. de Licitações da Prefeitura Municipal, no endereço indicado no preâmbulo, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou encaminhada através de e-mail no endereço eletrônico: licita@riobonito.pr.gov.br, no horário das 07:30 às 17:00. As respostas a todos os questionamentos (dúvidas ou esclarecimentos) serão disponibilizadas no sítio www.riobonito.pr.gov.br, no link Licitações, para ciência de todos os interessados.

9.2.1. O Pregoeiro deverá decidir sobre a petição de esclarecimento no prazo de até 1 (um) dia útil.

9.3. Os atos e decisões da presente licitação serão publicados no sítio www.riobonito.pr.gov.br, no link Licitações.

9.4. As impugnações ao presente Edital poderão ser feitas até às 17:00 horas do dia xx/xx/2021, ou seja, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do Pregão, por qualquer cidadão ou licitante.

9.5. A impugnação deverá ser apresentada por escrito, com a indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico para contato, deve ser dirigida ao Pregoeiro, contendo a indicação do pedido de impugnação, a qualificação do requerente, o relato dos fatos, a fundamentação, o pedido, a data, o local e assinatura do requerente, devendo ser instruído com os documentos pessoais (RG e CPF), e/ou com a apresentação dos atos constitutivos da empresa, e, se necessário procuração com poderes especiais para representar o requerente, devendo ser protocolada no Depto. de Licitações da Prefeitura Municipal, no endereço indicado no preâmbulo, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou encaminhada através de e-mail no endereço eletrônico: licita@riobonito.pr.gov.br, no horário das 07:30 às 17:00 horas.

9.6. A impugnação será processada e julgada em até 01 (um) dia útil, a contar da data do seu recebimento e a resposta será publicada no sítio www.riobonito.pr.gov.br, no link Licitações, para ciência de todos os interessados.

9.7. Não serão conhecidas as impugnações interpostas por fax e/ou vencidos os respectivos prazos legais.

9.8. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



9.9. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim retardamento no andamento do certame, a autoridade competente poderá aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

10.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

10.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

11. DA ADJUDICAÇÃO

11.1. Caso não haja recurso, o Pregoeiro, na própria sessão pública, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora, encaminhando o processo para homologação pelo Prefeito Municipal.

11.2. Ao Município de Rio Bonito do Iguaçu, fica assegurado o direito de revogar ou anular a presente licitação, em parte ou no todo, em decisão justificada. Em caso de revogação ou anulação parcial do certame, o MUNICÍPIO poderá aproveitar as propostas nos termos não atingidos pela revogação ou anulação e na estrita observância aos critérios de julgamento previstos neste edital e na legislação vigente.

12. HOMOLOGAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

12.1. Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados.

12.2. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo



das cominações a ele previstas neste Edital, a **Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguçu** poderá registrar os demais licitantes, na ordem de classificação, convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.3. O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho no prazo estipulado ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior aqueles praticados no mercado, conforme previsto no Art. 14 do Decreto Municipal nº. 140/2007.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada, contendo a modalidade e o nº. da licitação, agência e conta corrente em nome da proponente, do banco a ser depositado, e das provas de regularidade com Previdência Social – INSS/Tributos Federais e junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

13.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras.

13.2.1. O novo prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

13.3. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Rio Bonito do Iguçu, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas.

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

13.4. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



13.5. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de planilha analítica e documento que comprove a superveniência de fatos imprevisíveis, ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária ou extracontratual, porém de consequências incalculáveis, demonstrando o seu impacto nos custos do contrato.

13.6. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

13.7. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata ou Contrato Administrativo.

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO PRODUTO

14.1. As Secretarias Municipais requisitantes serão os órgãos responsáveis pelos atos de controle e administração das Atas de Registro de Preços, decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos.

14.2. Somente quando o primeiro licitante registrado atingir a totalidade do seu limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços, será indicado o segundo e, assim sucessivamente, podendo ser indicados mais de um ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido de fornecimento for superior à capacidade do licitante da vez.

14.3. A convocação dos fornecedores pela Secretaria de Administração será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.

14.4. O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

14.5. Quando comprovada uma dessas hipóteses, a Secretaria de Administração poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

15. DAS SANÇÕES



15.1. À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº. 8.666/93, Decreto Municipal nº. 140/2007, nas seguintes situações, dentre outras:

15.1.1. Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos.

15.1.2. Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos estipulados neste edital, aplicação de multa na razão de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por dia, de atraso ou de demora.

15.1.3. Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal, aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta, por infração, com prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a efetiva substituição dos produtos.

15.1.4. Nos termos do art. 7º da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Rio Bonito do Iguaçu, nos casos de:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) retardamento na execução do objeto;
- c) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- d) comportamento inidôneo;
- e) fraude na execução do contrato;
- f) falha na execução do contrato.

15.1.5. Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

15.1.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

16 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013, Decreto nº 8.420/2015 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática



ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. As despesas decorrentes da aquisição dos materiais, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Equipamento e material permanente

560-000-03-001-04.122.0003.2007-4.4.90.52.00.00

650-000-03-002-04.122.0003.2008-4.4.90.52.00.00

880-000-03-003-04.122.0003.2006-4.4.90.52.00.00

890-504-03-003-04.122.0003.2006-4.4.90.52.00.00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Equipamento e material permanente

2670-000-06-001-12.361.0008.2021-4.4.90.52.00.00

2680-103-06-001-12.361.0008.2021-4.4.90.52.00.00

2690-504-06-001-12.361.0008.2021-4.4.90.52.00.00

SECRETARIA DE SAÚDE

Equipamento e material permanente

3500-000-07-001-10.301.0009.2028-4.4.90.52.00.00

3510-303-07-001-10.301.0009.2028-4.4.90.52.00.00

17.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.3. A apresentação da proposta pela licitante implica aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

17.4. Uma vez iniciada a sessão, não serão admitidos à licitação as participantes retardatárias.

17.5. Da sessão de abertura dos envelopes, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual se mencionará tudo o que ocorrer no ato. A ata será assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes credenciados que desejarem.

17.6. Só terão direitos a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, as licitantes ou seus representantes credenciados, o Pregoeiro e a equipe de apoio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçú - Paraná



17.7. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de documentos e propostas exigidos no edital e não apresentados na reunião de recebimento, salvo condições previstas no Art. 48 § 3º da Lei Federal 8666/93.

17.8. Os envelopes contendo a documentação habilitatória das licitantes classificadas para a fase de lance permanecerão em poder do Pregoeiro durante o prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação das propostas. Se os mesmos não forem retirados no prazo de até 10 (dez) dias após aquele prazo, os envelopes serão inutilizados.

17.9. Servidores Municipais, assim considerados aqueles do artigo 84, "caput" e parágrafo 1º, da Lei nº. 8.666/93, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membro da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários desta), por determinação do artigo 9º., inciso III, da Lei nº. 8.666/93.

17.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

17.11. A autoridade competente para determinar a aquisição poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.11.1. A anulação do procedimento induz às anulações da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho e Ata de Registro de Preços.

17.12. O gestor e o fiscal da ata de registro de preços e/ou contrato serão designados pelo Sr. Prefeito Municipal através de Portaria.

17.13. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para o dia, hora e local definidos, e, republicado na Imprensa Oficial.

17.15. São partes integrantes deste Edital:

- a) ANEXO I - Formulário Padrão de Proposta de Preços – Kit Mídia Digital;
- b) ANEXO II - Termo de Referência – Especificação Técnica;
- c) ANEXO III - Modelo de Carta de Credenciamento;
- d) ANEXO IV - Modelo de Declaração de Fato Superveniente, Idoneidade e Disponibilidade de Documentos;
- e) ANEXO V - Modelo Declaração que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;
- f) ANEXO VI - Modelos de Declaração de não emprego de menores de 18 anos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



- g) ANEXO VII - Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- h) ANEXO VIII - Declaração de parentesco;
- i) ANEXO IX – Minuta da Ata do Registro de Preços;
- j) ANEXO X – Minuta de Contrato.

Rio Bonito do Iguaçu-PR, xx de xxxx de 2021.

ROBERTO JOSÉ KWAPIS
Pregoeiro

SEZAR AUGUSTO BOVINO
Prefeito Municipal



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

Município de Rio Bonito do Iguaçu - Paraná
Licitação Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N°. xx/2021-PMRBI.

1. DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO E DOS PREÇOS MÁXIMOS

1.1 Registro de preços visando futuras e eventuais aquisições equipamentos de coleta de ponto eletrônico que atenderão as necessidades dos órgãos vinculados a Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Lote: 1					
Item	Nome do produto	Qtde	Un	Preço máximo	Preço máximo total
1	RELÓGIO PONTO ELETRÔNICO Especificações mínimas: Leitor de impressão digital óptico 500 DPI, compatível com cartões de proximidade e cartões de barras, identificação de usuários através de senha numérica, com compartimento para bobinas de até 400 metros, impressora com corte automático de ticket, tela LCD touchscreen.	17,00	UN	1.586,81	26.975,77
2	NOBREAK INTERNO Características: Proporciona ao relógio uma autonomia de até 4 horas de funcionamento na falta de energia. fixação em parede. Permite acoplamento na parte inferior do equipamento. Possui conector tipo engate rápido para conexão ao relógio de ponto. Possui fusível de proteção contra descarga total da bateria. (Compatível com relógio ponto).	17,00	UN	154,95	2.634,15
3	BOBINA PAPEL TÉRMICO C/ MÍNIMO 300 METROS X 57 MM (Compatível com relógio ponto).	50,00	UN	40,72	2.036,00
4	SISTEMA PARA TRATAMENTO DE PONTO OBS: Valor da licença anual, podendo este ser pago de forma parcelada. (Compatível com relógio ponto).	1,00	UN	5.889,16	5.889,16
TOTAL					37.535,08

1.2 O julgamento será por lote.

1.3 Deverão ser usadas apenas duas casas após a vírgula, as demais não serão consideradas.

1.3.1 De forma alguma haverá arredondamento de valor.

1.4 Os objetos deverão ser obrigatoriamente na mesma ordem apresentada na planilha.

1.5 Será aceito oferta em moeda brasileira.

1.6 Deverão ser cotados produtos de primeira qualidade sob pena de desclassificação ou não aceitação.



2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A aquisição dos objetos tem propósito de auxiliar o pleno funcionamento dos setores que compõem a estrutura organizacional dos órgãos vinculados a esta prefeitura.

2.2 A presente aquisição está relacionada em modernizar a forma de tratamento do ponto dos servidores com a implantação do registro eletrônico de ponto, a qual possibilitará: verificar o efetivo cumprimento de carga horária dos agentes públicos; ampliar os mecanismos de gestão, transparência, racionalização administrativa (menos papel, economicidade); fidedignidade dos registros.

2.3 O quantitativo fora definido com a participação do secretário de saúde e de educação com o objetivo de realizar um único procedimento licitatório que auxiliará na uniformidade da contratação, evitando a aquisição de produtos iguais, mas com preços distintos, além de auxiliar na economia de escala e, evitando, também gastos com publicações, materiais e recursos humanos caso se realize várias licitações.

2.4 A secretaria de educação e de saúde, e demais órgãos participantes, não estarão obrigados a adquirir os quantitativos totais dispostos neste termo de referência, devendo realizar a aquisição de acordo com a necessidade.

2.5 A AQUISIÇÃO DOS ITENS DEVERÁ SER POR LOTE DEVIDO À NECESSIDADE DO RELÓGIO PONTO SER COMPATÍVEL COM O NOBREAK, BOBINA E SISTEMA DE TRATAMENTO DE PONTO.

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1 O prazo de entrega dos produtos é de 15 (quinze) dias, contados do(a) recebimento da Requisição de Compra emitida pelo Departamento de compras, ou ainda outro documento equivalente, em remessa única, no endereço indicado na mesma.

3.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

3.3 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.4 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e



quantidade dos produtos e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

3.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.6 Após o recebimento definitivo por parte do Órgão responsável pelo pedido, o mesmo convocará a fornecedora para realizar as instalações nas localidades indicadas pelo mesmo, acompanhada por um representante da Administração, devidamente nomeado e com conhecimentos técnicos suficientes para auxiliar a contratada.

3.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4. DO TREINAMENTO

4.1 A Contratada deverá prover treinamento aos servidores da Prefeitura Municipal, e dos demais Órgão Partícipes e do Gerenciador, indicados pela Administração, respeitando aspectos técnico-pedagógicos de acordo com o público-alvo, de forma que, ao final do curso, os treinandos estejam aptos a operacionalizar o equipamento bem como seu sistema de gerenciamento;

4.2 O treinamento deverá ser focado no funcionamento e operacionalização de software e na utilização de equipamentos de biometria, de forma a abranger todas as funcionalidades da solução;

4.3 A Contratada deverá fornecer as apostilas, manuais e demais materiais didático-pedagógicos necessários à realização do treinamento;

4.4 A contratada deverá disponibilizar instrutores em número, competência e experiência profissional adequada ao treinamento a ser realizado;

4.5 Os eventos de treinamento deverão ser realizados nas dependências do CONTRATANTE, imediatamente após a instalação e configuração dos equipamentos e testes.

5. DA MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES

5.1 Os serviços deverão cobrir defeitos de fabricação, abertura de chamados técnicos e atualização de versões de software/firmware pelo período mínimo de 12 (doze) meses, englobando peças e serviços;

5.2 Excluem-se da garantia os danos decorrentes do mau uso por parte do CONTRATANTE;



5.3 Durante a vigência dos serviços, chamados técnicos, sem limite de quantidade, poderão ser abertos em dias úteis, das 8h00 às 17h00 horas, mediante e-mail;

5.4 Os chamados técnicos deverão ser atendidos no prazo máximo de 2 (dois) dias uteis;

5.5 O problema, caso comprovado, deverá ser sanado no prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis após a abertura do chamado técnico, sendo que, quando não for possível solucionar o problema no prazo estipulado, caso autorizado pelo Contratante, deverá ser fornecido outro equipamento / software / solução de igual configuração ou superior, até resolução do problema;

5.6 Durante a execução dos serviços de suporte técnico, somente poderão ser utilizadas peças e componentes novos e originais;

5.7 Eventuais atualizações de software/firmware lançadas durante a vigência dos serviços deverão ser instaladas nos equipamentos adquiridos sem ônus adicional.

6. DA GARANTIA

6.1 A Contratada obriga-se a fornecer o equipamento descrito no corpo deste instrumento em perfeitas condições.

6.2 A Contratada obriga-se a reparar ou substituir, sem qualquer custo adicional, o equipamento posto em suas oficinas ou de seus concessionários autorizados e que apresentar defeito de fabricação ou acabamento, dentro do prazo 90 (noventa) dias, período de garantia legal e em consonância ao disposto no art. 18, § 1º, do CDC – Código do Consumidor.

6.3 Findo o prazo de garantia legal, para produtos informatizados a Contratada estende a garantia por mais 90 dias e para produtos não informatizados a extensão será por mais 275 dias, após o que, quaisquer despesas com reparo e manutenção do equipamento serão de responsabilidade do Contratante.

6.4 Perderá o direito à garantia supra se a CONTRATADA constatar que o equipamento apresenta sinais de violação de qualquer natureza, ou tenha sido ajustado, revisado ou consertado por terceiro não autorizado pela Contratada ou que apresente sinais de queima ou defeito de seus circuitos eletrônicos por uso em desacordo com o especificado no manual técnico, bem assim, por uso em rede elétrica imprópria.

6.5 A Contratada obriga-se a prestar os serviços retro citados, tanto gratuitos como remunerados, somente em suas oficinas, nas localidades onde mantiver assistência autorizada, sendo que os módulos eletrônicos, se houver serão enviados à Matriz para conserto, quando necessário ou até e se possível ao centro de atendimento técnico mais próximo. A locomoção para reparos não



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



está incluída nesta garantia, portanto, correrá por conta do Contratante o frete do equipamento ou a locomoção do técnico quando exigida sua presença no local do produto instalado.

6.6 No caso de qualquer reclamação é necessário que o termo de garantia esteja acompanhado da Nota Fiscal de Venda.

CONTRATANTE concorda e aceita que a renovação da contratação dos aludidos serviços seja efetuada automaticamente, por igual período, e assim sucessivamente.

6.7 A renovação acima poderá ser interrompida pela Contratante, bastando que para isso a mesma comunique à CONTRATADA sua intenção, por escrito através de carta, no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores à data da renovação automática.

6.8 O prazo de validade contratual de prestação de serviços de suporte técnico de hardware e ou de software especificado, será no mínimo de 12 (doze) meses ou pelo prazo superior que for determinado no corpo do presente instrumento.

7. DO PAGAMENTO

7.1 Os pagamentos devidos serão conforme requisição e entrega dos produtos.

7.2 A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura com descrição do objeto e quantidade discriminada e acompanhada da requisição dos mesmos.

7.3 O Pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a CONTRATADA ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos.

7.4 A CONTRATANTE se obriga a efetuar o pagamento nas condições estabelecidas.

7.5 O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal, em até 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação dos produtos;

7.6 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;

7.7 No caso de aplicação de alguma multa o pagamento ficará sobrestado até a integral quitação da mesma. A CONTRATANTE poderá se assim entender, descontar o valor de multas por ventura aplicadas, em quaisquer pagamentos que realizar à CONTRATADA.



8. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. O prazo de vigência é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes.

9. GESTOR E FISCAL

9.1 Fica designado pela Administração como fiscal da Ata de Registro de Preços os(as) servidores(as) Marcia Amaral Zavelinski lotada na Secretaria de Saúde, Maria Luci do Nascimento Burato lotada na Secretaria de Educação e Rudney Brecailo de Freitas lotado no departamento de Patrimônio.

9.2 Os gestores da Ata de Registro de Preços serão os Secretários de Saúde e Educação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



ANEXO III

Município de Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

Licitação Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N°. xx/2021-PMRBI.

Objeto: Registro de preços para a aquisição de equipamentos de coleta de ponto eletrônico.

Modelo de Carta de Credenciamento

Indicamos o (a) Sr.(a) _____,
portador da cédula de identidade n°. _____, Órgão
expedidor _____, CPF n°. _____
como nosso representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar
ou assinar documentos (habilitação e proposta), manifestar, dar lances, prestar
todos os esclarecimentos de nossa proposta, interpor recursos, desistir de
prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel
cumprimento do presente Credenciamento.

_____, _____ de _____ de 2021.

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica)

(Assinatura e carimbo do CNPJ)

** anexar cópia autenticada do RG e CPF do Credenciado.*



ANEXO IV

Município de Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

Licitação Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N°. xx/2021-PMRBI.

Objeto: Registro de preços para a aquisição de equipamentos de coleta de ponto eletrônico.

Modelo de Declaração de:

**Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação,
Idoneidade e Disponibilização de Documentos.**

A empresa, abaixo assinada, declara, sob as penas da lei, que:

- 1 - Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar, em havendo, ocorrências posteriores que o inabilite para participar de certames licitatórios.
- 2 - Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade da entrega.
- 3 - Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

_____, _____ de _____ de 2021.

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica)

(Assinatura e carimbo do CNPJ)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



ANEXO V

Município de Rio Bonito do Iguaçu - Paraná
Licitação Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N°. xx/2021-PMRBI.
Objeto: Registro de preços para a aquisição de equipamentos de coleta de ponto eletrônico.

Modelo de Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação

Em atendimento ao previsto no edital de **PREGÃO PRESENCIAL n°. xx/2021-PMRBI, DECLARAMOS** que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame.

_____, _____ de _____ de 2021.

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica)

(Assinatura e carimbo do CNPJ)

** deverá ser apresentado fora do envelope de habilitação.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



ANEXO VI

Município de Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

Licitação Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N°. xx/2021-PMRBI.

Objeto: Registro de preços para a aquisição de equipamentos de coleta de ponto eletrônico.

DECLARAÇÃO

A empresa, abaixo assinada, por seu representante legal, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n°. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz
Sim () Quantos () Não ().

_____, _____ de _____ de 2021.

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica)

(Assinatura e carimbo do CNPJ)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



ANEXO VII

Município de Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

Licitação Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N°. xx/2021-PMRBI.

Objeto: Registro de preços para a aquisição de equipamentos de coleta de ponto eletrônico.

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(nome da empresa), CNPJ/MF n°. _____, (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da Lei, que a mesma está estabelecida sob o regime legal de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme conceito legal e fiscal de nosso ordenamento pátrio, podendo usufruir os benefícios da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

Microempresa

Empresa de pequeno porte

Microempreendedor individual

_____, _____ de _____ de 2021.

(Carimbo e assinatura do Representante Legal)



ANEXO VIII

Município de Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

Licitação Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N°. xx/2021-PMRBI.

Objeto: Registro de preços para a aquisição de equipamentos de coleta de ponto eletrônico.

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Eu, _____, RG _____, CPF _____, DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as conseqüências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.

Que em seu quadro societário (dados do fornecedor) não possui membro, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor do Município, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão.

NÃO

SIM

Em caso positivo, apontar:

Nome:

Cargo:

Relação de parentesco:

Parentes até terceiro grau:

- em linha reta: pais, avós, bisavós, filhos (as), netos (as) e bisnetos (as);
- em linha colateral: irmão (a), tio (a) e sobrinho (a);
- por afinidade: genro, nora, sogro (a), enteado (a), madrasta, padrasto, cunhado(a).

Rio Bonito do Iguaçu, _____ de _____ de 2021

(Carimbo e assinatura do Representante Legal)



ANEXO IX

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N°. xx/2021-PMRBI

Aos dias do mês de do ano de , autorizado pelo processo de **PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. xx/2021-PMRBI** foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal n°. 8.666/93 e suas alterações e no Decreto Municipal n°. 140/2007 de 28 de agosto de 2007 que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

Objeto: Registro de preços para a aquisição de equipamentos de coleta de ponto eletrônico, para o período de 12 (doze) meses.

1.1. Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa , com sede na , CEP e inscrita no CNPJ sob n°. , representado pelo Sr. , portador da Carteira de Identidade RG n°. e CPF/MF sob o n°. , à saber:

xx

1.2. A Administração efetuará seus pedidos a Detentora da Ata pela Secretaria de Administração mediante autorização de compra, da indicação da dotação orçamentária por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile.

1.3. Caso o produto não seja aceito pela administração por defeito, falha, ou seja, não atenda as necessidades e exigências, a proponente vencedora terá 01 (um) dia para trocar, sob pena de rescisão da ata.

1.4. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada, contendo a modalidade e o n°. da licitação, agência e conta corrente em nome da proponente, do banco a ser depositado, e das provas de regularidade com Previdência Social – INSS/Tributos Federais e junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

1.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras.

1.6. O novo prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



1.7. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Rio Bonito do Iguaçu, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas.

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N° de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

1.8. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Secretaria de Administração.

1.9. Os produtos serão aceitos provisoriamente; o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos.

1.10. As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Equipamento e material permanente

560-000-03-001-04.122.0003.2007-4.4.90.52.00.00

650-000-03-002-04.122.0003.2008-4.4.90.52.00.00

880-000-03-003-04.122.0003.2006-4.4.90.52.00.00

890-504-03-003-04.122.0003.2006-4.4.90.52.00.00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Equipamento e material permanente

2670-000-06-001-12.361.0008.2021-4.4.90.52.00.00

2680-103-06-001-12.361.0008.2021-4.4.90.52.00.00

2690-504-06-001-12.361.0008.2021-4.4.90.52.00.00

SECRETARIA DE SAÚDE

Equipamento e material permanente

3500-000-07-001-10.301.0009.2028-4.4.90.52.00.00

3510-303-07-001-10.301.0009.2028-4.4.90.52.00.00

1.11. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a fornecedora, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

1.12. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a fornecedora às seguintes sanções:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



- a) Multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia de atraso da entrega, a cada solicitação, e no caso de reincidência por mais duas vezes consecutivas ou não entrega do objeto haverá o cancelamento da Ata do Registro de Preços.
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor dos produtos solicitados e cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sem prejuízo da devolução dos materiais.
- c) Impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo período de 01 (um) ano caso o cancelamento decorra do disposto do subitem anterior, fraude, observada a ampla defesa e o contraditório.

1.13. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº. 8666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração.

1.14. A fornecedora deverá manter enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. xx/2021-PMRBI.**

1.15. Integrarão a Ata de Registro de Preços, como partes indissociáveis, a proposta apresentada pela adjudicatária.

1.16. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

1.16.1. A entrega dos objetos, em questão, deverá ter início, de acordo com solicitação emitida pelo Depto. de Compras da Prefeitura Municipal, e deverão ser entregues nas secretarias requisitantes, em no máximo 15 (quinze) dias.

1.17. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

1.18. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de planilha analítica e documento que comprove a superveniência de fatos imprevisíveis, ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária ou extracontratual, porém de consequências incalculáveis, demonstrando o seu impacto nos custos do contrato.

1.19. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

1.20. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

1.21. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhes todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Presencial SRP nº. xx/2021-PMRBI**, com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.22. O gestor e o fiscal da ata de registro de preços serão designados pelo Sr. Prefeito Municipal através de Portaria.

1.22.1. São atribuições do fiscal:

Participar da reunião inicial para ajuste de procedimentos de execução com a contratada;

Manter-se informado sobre as condições de execução contratual de modo a fomentar o cumprimento do contrato;

Avaliar os resultados/objetos entregues atestando o recebimento ou informando ao gestor do contrato sobre infrações ou discrepâncias que necessitem de ajustes no pacto para tomada de providências (quando o objeto não for cumprido ou não suprir a necessidade tendo como diapasão o Termo de Referência ou Projeto Básico);

Acompanhar a execução e registrar todas as ocorrências que considerar relevantes.

NOTA: "*A fiscalização, de preferência, deve ser feita por técnico da área da qual está sendo executado o serviço, tendo em vista que o atesto por alguém sem o devido conhecimento poderá gerar prejuízo à Administração Pública*".

Acórdão TCE nº 4/2006 1ª Câmara.

1.22.2. Do gestor:

Entende-se como o GESTOR DE CONTRATO: o funcionário público ou agente público, designado para exercer as funções gerir as formas de reajuste; repactuação; reequilíbrio econômico-financeiro; incidentes relativos a pagamentos; de questões ligadas à documentação, ao controle dos prazos de vencimento, da prorrogação, dentre outros. Devendo realizar o acompanhamento da manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação.

1.23. O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente quando ocorrerem às hipóteses do art. 77 e 78 da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993.

1.24. A CONTRATADA reconhece os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa previsto no artigo 77 da Lei 8.666/93.

1.25. É parte integrante desta Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a Proposta da Contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



1.26. Fica eleito o foro da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, excluído qualquer outro para dirimir dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

1.27. Para constar foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada por seus representantes legais, em 02 vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

SEZAR AUGUSTO BOVINO
Prefeito Municipal

xx
Detentor da Ata

Testemunhas:

1- _____

2- _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº. xx/2021-PMRBI
QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO
IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ E
A EMPRESA xx, CONFORME
LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº.
xx/2021-PMRBI.**

Pelo presente instrumento particular celebram entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU**, inscrito no CNPJ nº. 95.587.770/0001-99, com endereço na Rua 7 de Setembro, nº. 720, Centro, Rio Bonito do Iguaçu - PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **SEZAR AUGUSTO BOVINO**, brasileiro, casado, portador de cédula de identidade nº. 1.420.491/SSP/PR e CPF/MF nº. 333.481.709-15, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa: xx, inscrita no CNPJ nº. xx, neste ato representada pelo Sr. xx, brasileiro, xx, xx, portador da Carteira de Identidade nº. xx/xx, inscrito no CPF nº. xx, residente e domiciliado na xx, nº xx, xx, xx, doravante denominado **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei nº. 8.666/93, e alterações posteriores, assim como pelas condições da Licitação Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. xx/2021-PMRBI**, bem como nos termos da proposta apresentada pela Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

Parágrafo Primeiro: O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos de coleta de ponto eletrônico, de acordo com as quantidades e respectivos valores descritos na tabela abaixo:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Parágrafo Segundo: O valor total contratado é de R\$ xx (xx).

Parágrafo Terceiro: Poderão ocorrer, durante a vigência do contrato, alterações de quantidades, conforme necessidade do Município, em até 25% sobre cada item, em conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/1.993.

Parágrafo Quarto: É parte integrante deste Contrato, o Termo de Referência e a Proposta da Contratada.



CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, DA ENTREGA E DO REAJUSTE

Parágrafo Primeiro: A vigência do presente termo é de 12 (doze) doze, iniciando em ___/___/___ e terminando em ___/___/___, podendo ser prorrogado pelos prazos e nos casos previstos legalmente.

Parágrafo Segundo: A entrega dos objetos será de acordo com o descrito no Termo de Referência.

Parágrafo Terceiro: Durante a vigência do presente contrato, os preços registrados serão fixos e irremovíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Parágrafo Quarto: As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de planilha analítica e documento que comprove a superveniência de fatos imprevisíveis, ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária ou extracontratual, porém de consequências incalculáveis, demonstrando o seu impacto nos custos do contrato.

Parágrafo Quinto: Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

Parágrafo Sexto: Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Administração para alteração, por aditamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO, DOS RECURSOS E DA DOTAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada, contendo a modalidade e o nº. da licitação, agência e conta corrente em nome da proponente, do banco a ser depositado, e das provas de regularidade com Previdência Social – INSS/Tributos Federais e junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Parágrafo Segundo: Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



Parágrafo Terceiro: O novo prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

Parágrafo Quarto: Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Rio Bonito do Iguaçu, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas.

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N° de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Parágrafo Quinto: A nota fiscal deverá vir acompanhada da Certidão Negativa do INSS/Tributos Federais, do Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS.

Parágrafo Sexto: Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

Parágrafo Sétimo: Para cobertura das despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta da seguinte classificação funcional programática:
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Equipamento e material permanente

560-000-03-001-04.122.0003.2007-4.4.90.52.00.00

650-000-03-002-04.122.0003.2008-4.4.90.52.00.00

880-000-03-003-04.122.0003.2006-4.4.90.52.00.00

890-504-03-003-04.122.0003.2006-4.4.90.52.00.00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Equipamento e material permanente

2670-000-06-001-12.361.0008.2021-4.4.90.52.00.00

2680-103-06-001-12.361.0008.2021-4.4.90.52.00.00

2690-504-06-001-12.361.0008.2021-4.4.90.52.00.00

SECRETARIA DE SAÚDE

Equipamento e material permanente

3500-000-07-001-10.301.0009.2028-4.4.90.52.00.00

3510-303-07-001-10.301.0009.2028-4.4.90.52.00.00

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- Assegurar o fornecimento do objeto, cumprindo fielmente a forma disposta no Edital e demais documentos pertinentes;
- Cumprir com os encargos trabalhistas, previdenciários, social e tributário de sua responsabilidade, incidentes sobre o objeto deste contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



- c) Fornecer os respectivos termos ou declaração de garantia, quando solicitado;
- d) A Contratada se manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA - SANÇÕES

a) À licitante vencedora deste certame serão aplicadas as sanções previstas na Lei n°. 8.666/93, Decreto Municipal n°. 149/2006, nas seguintes situações, dentre outras:

b) Pela recusa injustificada para a entrega dos itens ofertados, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até 05 (cinco) dias consecutivos.

c) Pelo atraso ou demora injustificados para a entrega dos itens ofertados, além dos prazos estipulados neste edital, aplicação de multa na razão de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por dia, de atraso ou de demora.

d) Pela entrega em desacordo com o solicitado ou problemas na emissão da Nota Fiscal, aplicação de multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta, por infração, com prazo de até 02 (dois) úteis para a efetiva substituição dos produtos.

e) Nos termos do art. 7º da Lei n°. 10.520, de 17/07/2002, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Rio Bonito do Iguaçu, nos casos de:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) retardamento na execução do objeto;
- c) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- d) comportamento inidôneo;
- e) fraude na execução do contrato;
- f) falha na execução do contrato.

f) Será facultado à licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste edital.

g) As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à administração.

CLÁUSULA SEXTA - RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



- A) Infringência de qualquer obrigação ajustada;
- B) Liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da Contratada;
- C) Se a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste contrato;
- D) O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente quando ocorrerem às hipóteses do art. 77 e 78 da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;
- E) CONTRATADA reconhece os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa previsto no artigo 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se a este Contrato as disposições da Lei nº. 8.666/93 que regulamenta as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública, bem como demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PARTES INTEGRANTES

Parágrafo Primeiro: As condições estabelecidas na Licitação Modalidade **Pregão Presencial nº. xx/2021-PMRBI**, anexos e a proposta apresentada pela CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo Segundo: Serão incorporadas a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a serem necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATANTE e a CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013, Decreto nº 8.420/2015 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FISCAL E GESTOR DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



Parágrafo Primeiro: O gestor e o fiscal do presente contrato serão designados pelo Sr. Prefeito Municipal através de Portaria.

Parágrafo Segundo: São atribuições do fiscal:

Participar da reunião inicial para ajuste de procedimentos de execução com a contratada;

Manter-se informado sobre as condições de execução contratual de modo a fomentar o cumprimento do contrato;

Avaliar os resultados/objetos entregues atestando o recebimento ou informando ao gestor do contrato sobre infrações ou discrepâncias que necessitem de ajustes no pacto para tomada de providências (quando o objeto não for cumprido ou não suprir a necessidade tendo como diapasão o Termo de Referência ou Projeto Básico);

Acompanhar a execução e registrar todas as ocorrências que considerar relevantes.

NOTA: "A fiscalização, de preferência, deve ser feita por técnico da área da qual está sendo executado o serviço, tendo em vista que o atesto por alguém sem o devido conhecimento poderá gerar prejuízo à Administração Pública".

Acórdão TCE nº 4/2006 1ª Câmara.

Parágrafo Terceiro: Do gestor:

Entende-se como o GESTOR DE CONTRATO: o funcionário público ou agente público, designado para exercer as funções gerir as formas de reajuste; repactuação; reequilíbrio econômico-financeiro; incidentes relativos a pagamentos; de questões ligadas à documentação, ao controle dos prazos de vencimento, da prorrogação, dentre outros. Devendo realizar o acompanhamento da manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência do seu conteúdo, aceitando todas as condições nele relatadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, administrativa, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade da CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros, não cabendo a CONTRATANTE o pagamento de qualquer adicional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados) de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo o Foro da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio Bonito do Iguaçu-PR, xx de xx de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



SEZAR AUGUSTO BOVINO
CONTRATANTE

XX
CONTRATADA

Testemunhas:

RG. n°.

RG. n°.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°. xx/2021-PMRBI
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Declaro(amos) que recebi(emos) o Edital de Licitação referente ao Pregão Presencial SRP n°. xx/2021-PMRBI, devidamente preenchido, e, concordo(amos) com as condições do Edital.

EM: / /	
	RESPONSÁVEL DA EMPRESA
CARIMBO C/ CNPJ DA EMPRESA	

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre a Prefeitura Municipal e essa empresa, solicitamos preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao Depto. de Compras e Licitações, copiado por scanner e encaminhado para endereço eletrônico pelo e-mail licita@riobonito.pr.gov.br ou, na sua total impossibilidade, pelo fac-símile (0xx42) 3653-1122.

Não é obrigatória a remessa desse recibo, mas a decisão de não remetê-lo exime-nos da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0**42) 3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

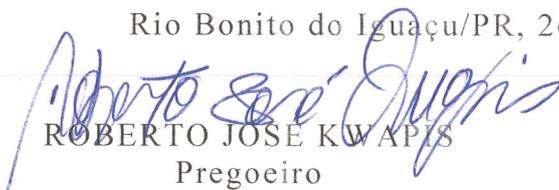


MEMORANDO INTERNO

Objeto: Registro de preços para a aquisição de equipamentos de coleta de ponto eletrônico.

- Encaminhe-se à Assessoria Jurídica para parecer quanto a fase interna do presente certame.

Rio Bonito do Iguaçu/PR, 26 de julho de 2021.


ROBERTO JOSE KWAPIS
Pregoeiro



Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

E-mail: prefeitura@riobonito.pr.gov.br - www.riobonito.pr.gov.br - CNPJ 95.587.770/0001-99
Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - 85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu-PR - Telefax (0**42) 3653-1122



Ref.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Requerente: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

Assunto: Pedido de Parecer Técnico.

PARECER TÉCNICO-OPINATIVO

EMENTA: PEDIDO DE PARECER TÉCNICO JURÍDICO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.

Em atenção ao pedido de PARECER TÉCNICO JURÍDICO do Departamento de Compras e Licitação, dirigido a esta Procuradoria, sobre a abertura de Edital de Licitação na Modalidade Pregão, vimos informar o que segue:

Trata-se de procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO, que visa obter o registro de preços para a aquisição de equipamentos de coleta de ponto eletrônico.

Departamento de Compras e Licitação encaminhou, a esta Procuradoria Municipal, a minuta do edital e demais documentos.

É a síntese do necessário. Passo a opinar.

Por força do art.38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, em análise da documentação encaminhada, elaboro as seguintes considerações:

- 1- Das Formalidades:
 - 1.1. Consta dos autos a solicitação de contratação devidamente subscrita pelo solicitante.
 - 1.2. Consta no presente procedimento a justificativa da necessidade das contratações.
 - 1.3. Quanto ao valor estimado para a contratação, consta pesquisa de preços do objeto a ser licitado, que serviu de parâmetro para a fixação do valor máximo, sendo de responsabilidade do Setor de Compras a cotação de preços (orçamentos) e verificação de valores.
 - 1.4. Quanto a Reserva de Dotação Orçamentária, consta dos presentes autos a reserva de dotação orçamentária para suprir a contratação pretendida.
 - 1.5. O presente procedimento encontra-se formalmente em ordem, devidamente autuado, com suas folhas numeradas e rubricadas pelos servidores responsáveis pela juntada dos referidos documentos contendo o ato que designa o pregoeiro e a equipe de apoio.

2- Da modalidade escolhida: Pregão Presencial.

Parece-nos ser adequada a modalidade Pregão Presencial para reger o presente certame (art. 1º da Lei nº 10.520/2002) e, conforme justificativa anexada ao presente.

3- Da minuta do edital e seus anexos:



Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

E-mail: prefeitura@riobonito.pr.gov.br - www.riobonito.pr.gov.br - CNPJ 95.587.770/0001-99
Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - 85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu-PR - Telefax (0**42) 3653-1122



A análise da minuta do edital e seus anexos não revelaram a necessidade de alterações e/ou modificações, pois apresentam os requisitos formais exigidos pela Lei 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.

4- Da Publicidade

De acordo com o art. 8º caput, § 1º e 2º, da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 é obrigatória a divulgação, na internet, de informações relativas a procedimentos licitatórios, inclusive editais e resultados, bem como todos os contratos celebrados.

No mesmo sentido, o inciso XXIX do art. 8º do Decreto Municipal nº 149 de 08 de novembro de 2006, determinou que “*O Resultado final do Pregão será divulgado na internet com a indicação da modalidade, do número de ordem e da série anual, do objeto, do valor total e do licitante vencedor e sua homologação na imprensa oficial do município*”.

Conclusão:

Diante do exposto, com base nos fundamentos de fato e de direito retro declinados, o parecer opinativo desta Procuradoria é no sentido de que não há óbice no regular desenvolvimento do referido Processo Licitatório, cabendo ao senhor Prefeito autorizar ou não a instauração do procedimento licitatório, na modalidade Pregão.

É de se observar, no entanto, que, caso seja instaurado o procedimento licitatório, as informações concernentes ao processo de licitação tais como o aviso, editais, os resultados e todos os contratos celebrados devem ser publicados também no *site* oficial do Município de Rio Bonito do Iguaçu, na internet, consoante preceitua o art. 8º caput, § 1º e 2º da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 e o inciso XXIX do art. 8º Decreto Municipal nº 149/2006.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Rio Bonito do Iguaçu, 26 de julho de 2021.

RICARDO CORSO
Procurador Municipal
OAB/PR 50.287



Memorando Interno

De: Pregoeiro

Para: Prefeito Municipal

Data: 26 de julho de 2021.

Ref.: Solicitação de autorização.

Considerando os memorandos e pareceres anexos, solicitamos a Vossa Senhoria, a análise e posterior autorização para licitar a já referida **contratação**, a qual levará a modalidade **Pregão Presencial** sob o nº. **63/2021-PMRBI**.

Atenciosamente,


Roberto José Kwapis
Pregoeiro

De: Gabinete do Prefeito

Para: Pregoeiro

Data: 26 de 07 de 2021.

REF.: AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR.

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo, **AUTORIZO** a licitação sob a modalidade **Pregão Presencial nº. 63/2021-PMRBI**, que tem por objeto o registro de preços para a aquisição de equipamentos de coleta de ponto eletrônico.

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio são nomeados pelo Decreto nº. 020/2021, de 28/01/2021.

Obs.:

Encaminhe-se ao Departamento competente para as providências necessárias.

Atenciosamente,


SEZAR AUGUSTO BOVIINO
Prefeito Municipal